

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Estimados os demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluídos o balanço das principais políticas contábeis.

Estimadas as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o posicionamento e o resultado do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho dessas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas disciplinares e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pelas auditorias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os principais critérios relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nos normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprindo com as demais responsabilidades éticas e consórcios éticos normas.

ACEPDEMOS que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Parte da auditoria consistiu na avaliação das operações que, em nosso juízo profissional, foram as mais significativas em nossa auditoria, ou seja, o crédito. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os principais critérios relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nos normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprindo com as demais responsabilidades éticas e consórcios éticos normas.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, as Principais Assuntas de Auditoria, bem como nossa abordagem substantivamente são descritas a seguir:

Por que é um PAA

Porque é um PAA



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

- Orientando o enquadramento das controles internos relevantes para a auditoria e apresentando procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos ou sobre os riscos e suas consequências.
- Avaliando a adequação da política contábil utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluindo sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida da continuidade operacional do Banco. Se considerado que existem evidências de continuidade operacional, deve-se emitir uma conclusão sobre as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir mencionado em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão condicionadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliando a representatividade, estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das informações contábeis e outras correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo da representação exigida.
- Obtendo evidências da auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das unidades de atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditorias de grupo, e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÉ DE AUDITORIA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituído pelo Conselho Econômico-Financeiro do Santander ("Conlomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conlomerado, inclusive para empresas controladas e supervisadas pelo Superintendente de Seguros Privados - seu Regulador. Inicialmente, dispõe no site de Relações com Investidores do Santander (www.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas competências, o Controle de Operações Internacionais, a avaliação de qualidade das demonstrações financeiras, no cumprimento das exigências legais e regulamentares, a eficiência e a independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias internas e independentes, bem como a eficiência dos sistemas de controle interno e gerenciamento de risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito da auditoria e supervisiona a aplicação judicial das suas recomendações.

O Comitê de Auditoria atua ainda com apoio a seus membros independentes, oficiais na Reunião de Conselhos de Administração de 19 de maio de 2018, que foi objeto de reunião com executivos, auditores e especialistas e conduz reuniões a parte da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entendam necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria são feitas periodicamente, nas reuniões da Diretoria Executiva, das audições internas e independentes e das reuniões de Conselhos de Administração, entre outras, e de riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e aperfeiçoamentos das inspeções reguladoras e as respectivas providências adotadas pela Administração, bem como atende a reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil. Os resultados das atividades aí atas das reuniões do Comitê são regularmente enviados ao Conselho de Administração, como o seu. O Comitê de Auditoria reúne-se regularmente no segundo semestre de 2018.

I - Demonstrações Financeiras

BGCap e Conlomerado Prudencial: O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e subsidiárias que compõem o Conlomerado, confirmando suas adequações. Nesse sentido, foram conhecimentos dos resultados consolidados do 2º semestre e exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, bem como da Administração Prudencial em parceria BGCap, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, prevenção às suas divulgações.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com o Vice-Presidente Executivo de Riscos Operacionais, profissionais de riscos, Gerente de Riscos e Compliance, Vice-Presidente Executiva de Mais, Tecnologia e Inovação, Gerente de Contingência, gerentes de riscos, auditores internos e externos, gerentes de riscos e disseminação da cultura e infraestrutura do compliance interno e externo, bem como de riscos de reputação, Verificação, Risco, de casos sob acompanhamento do Canal Aberto, das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraude. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Portarias CVM nº 2.659/1998 e 4.557/2017, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 24/09.

III - Auditores Internos

Reuniões, formatação e envio de relatório anual para área e com outras representações de Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2018, além de ter verificado os relatórios acerca dos trabalhos

comunicados-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações significativas da auditoria, inclusive às eventuais deficiências significativas que poderiam ser corrigidas imediatamente. Fornecemos também, nos resultados para governança destinação com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis do independentismo, a comunicarmos todos os eventuais relacionamentos ou interesses que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, a nível aplicável, as responsabilidades legais.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquelas que foram consideradas como mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiam os principais subsídios da auditoria. Descrevemos esses assuntos em nossos relatórios de auditoria, a menos que fôr eu regulamente tenha proibido divulgação pública do resultado, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consideramos relevantes da tal comunicação podermos, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019

Edison Ariza Pereira
Contador
CRC 15P-12724/VO-0

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CFC 25P-000160-0-5

DWC

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CFC 25P-000160-0-5

Em consonância com o Relatório do Auditor Independente elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CFC 25P-000160-0-5, o Comitê de Auditoria reuniu-se, a 29 de janeiro de 2019, para a discussão das constatações obtidas no segundo semestre de 2018, os práticos contábeis, a plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhorias integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria aprovou as propostas apresentadas pelo PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação de inexistência do conflito de interesse ou risco de auditoria.

V - Declaração

Em consonância com a Resolução CVM 4.423/15 e o Resolução CNPJ 279/12, foram executados trabalhos de auditoria, após reuniões simples e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas em que os controles foram considerados como "Adequados" ou "Insuficientes". Em diversas outras oportunidades, os profissionais de Auditoria Interna participaram

IV - Auditoria Independente

Em razão dos trabalhos de Auditoria Independente elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CFC 25P-000160-0-5, o Comitê de Auditoria reuniu-se, a 29 de janeiro de 2019. Nossas reuniões tiveram destaque as discussões envolvendo os desempenhos financeiros do segundo semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, os práticos contábeis, a plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhorias integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria aprovou as propostas apresentadas pelo PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação de inexistência do conflito de interesse ou risco de auditoria.

VI - Declaração

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inferiores às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conlomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar as seguintes temas: (i) monitoramento da adequação dos Planos de Previdência; (ii) monitoramento das Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados e impactos da mesma; (iii) fiscalização da taxa de remuneração de fundos de pensionamento; (iv) acompanhamento das Créditos Tributários e (v) acompanhamento do condicionado fiscal, Imobiliário e Civil.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de reuniões de treinamento, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do Comitê, a legislação de interesse e impacto para o Conlomerado.

VII - Declaração

Com base nas atividades e avaliações realizadas e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conforme Transparéncia e Qualidade as referidas Demonstrações Financeiras do Banco Santander e do Conlomerado Prudencial, para a compreensão e orientação acordadas em 31 de dezembro de 2018, e às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 4º trimestre de 2018, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieira - Coordenadora

Luis Carlos Nappini - Especialista Financeiro

Márcia Ester -

Julio Augusto -

Porto Seguro S.A.

Companhia Aérea - CVM nº 01668-9

CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69 - NIRE 35.3 015.151.66 6

Av. 30 dias do mês de janeiro de 2019, às 08h30, na sede social, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Presidente Vargas, nº 616/634 - 11º andar, reuniu-se a todos os membros do Conselho de Administração do Porto Seguro S.A., intitulados, convocados conforme previsto no artigo 17, §1º do Estatuto Social, contendo, ainda, com a presença de representantes da Diretoria da Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: a) Apresentação do Relatório de Atividades e das Demonstrações Financeiras do Porto Seguro S.A. e de suas controladas e subsidiárias, relativos ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, apresentados pela Diretoria; b) Apreciação da proposta de Diretoria para destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; e c) Apreciação da proposta da Diretoria para renovação do programa de recompra de ações da Companhia. Deliberações: Após examinarem o relatório do Comitê de Auditoria, os membros do Conselho de Administração aprovaram a proposta da Diretoria. Aprovação da recompra de ações da Companhia, conforme o artigo 1º, § 1º, da Constituição da Companhia, que autoriza a Companhia a realizar a compra de suas ações ordinárias no prazo de até 12 meses, a qualquer tempo, mediante a realização de ações de capital, com limite de 5% (cinco por cento) da totalização das ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de aquisição direta ou indireta, ou de terceiros, ou de emissão de novas ações ordinárias, ou de troca de ações ordinárias da Companhia por ações de outras empresas, que representam cerca de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, sempre que o resultado das operações de compra e venda resultar em ganho, com a finalidade de aumentar o valor das ações ordinárias da Companhia. A recompra de ações ordinárias da Companhia é realizada com recursos próprios, através de



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ 90.400.889/0001-42

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco), referentes ao período contábil encerrado em 31 de Dezembro de 2018, em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, publicadas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Conf) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que não conflitem com as normas emitidas pelo Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional previsto pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

1) Conjunto Econômico

Os ativos financeiros brasileiros registraram menor volatilidade nos últimos três meses da 2018 quando comparados com o comportamento observado no trimestre imediatamente anterior. As taxas de juros e as taxas de câmbio permaneceram estáveis, tanto para os investimentos quanto para as operações de ativos financeiros, no quadro de inflação e manutenção de elevado ritmo de incertezas locais em relação à condição política econômica do governo eleito, instável em suas oscilações nos mercados. Entretanto, os ativos financeiros brasileiros encerraram o terceiro trimestre de 2018 com algumas maiores volatilidades que os observados em setembro de 2018. No contexto global, o Santander avista que alguns países tiveram previsões para impor um recesso da aversão ao risco em relação às economias emergentes – com exceção do Brasil, que apresentou melhorias na cotação do Ibovespa no processo eleitoral. O Banco nota que, apesar de Estados Unidos e China terem chegado a um acordo relativo a suas relações comerciais, ainda é incerto se este acordo será sistematicamente implementado. Desta forma, permaneceu presente o temor de que esse entendimento possa resultar em afastamento do crescimento econômico mundial. Ademais, na visão do Banco, ainda que os dados da economia americana tenham continuado bastante positivos, surgiram preocupações sobre o risco de expansão poderia ser dirigido para o pico, a partir de um ponto de vista de inflação. Na estreita análise das taxas de juros, o Santander nota que os agentes consideram que é mais provável que o consumo monetário nos EUA, ao longo de 2019, se perca, visto diminuir a velocidade da redução de referências em relação às taxas de juros de outros países – e, por conseguinte, trazendo menor pressão de desvalorização de suas moedas, inclusive do Real – por outro lado, acharia o nível de risco que a economia americana pode estar próxima de um quadro de desaquecimento mais intenso – algo ainda mais importante que o próprio nível. O Banco entende que esta última aspecto deve explicar parte do movimento de encurtamento do dólar frente às demais moedas.

Para o Santander, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distantes de seus melhores momentos. E contribuíram a passar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco, essa pressão atingiu menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que sua fundamental estrutura continua sendo forte (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de balanços sólidos em conta corrente e nível de endividamento externo). No entanto, o Santander, em combinação desses fatores, expõe parte da sua exposição ao risco de juros e moedas. O Banco também observa que o risco de juros e moedas é maior em relação ao risco de Brasil. O Banco pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser forte de precepção, com novos eventos importantes já priorizados, adicionais, nacionais e internacionais, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Santander acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provocar elevação brusca do risco-país. Dessa forma, o Banco Santander projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R\$/USD para o final de 2019.

Com relação à atividade econômica, o Santander viu ser confirmada sua percepção de que o deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao consumo local influenciaram negativamente as decisões de empresas e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo bastante lento nos últimos três meses de 2018. Isso levou o Banco a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia brasileira em 2019, de 1,5% para 1,3%. Em que pese essa manutenção constante da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Santander é que o crescimento em 2019 atinja 6,4% devido a uma forte recuperação da economia global, que é o principal motor da economia brasileira. No entanto, o resultado da inflação de 3,2% em 2018, por conta das polícias fundamentais macroeconômicas ainda presentes e dos conscientes cortes realizados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco salienta que a inflação permaneceu constante em 2018, aberta de mês a mês, e deve seguir assim até 2019, as contas inflacionárias estão equilibradas e há indicações crescentes sobre a reposição de inflação. Para todos esses fatores, o Santander espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Santander projeta elevação da taxa básica do juro somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção do Selic em 6,50% em 2019.

Essas projeções de crescimento, inflação a juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas econômica brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho

2.1 Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE CONSOLIDADA (R\$ MILH)						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Receitas de Intermediação Financeira	77.381,0	76.101,8	74,4	79.265,6	18.510,4	4,1
Despesas de Intermediação Financeira	(52.346,4)	(49.363,7)	6,0	(9.955,1)	(12.151,4)	-18,1
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	25.034,6	26.947,1	-7,1	9.310,5	4.359,1	46,5
Outras Receitas e Despesas (Despesas)	[10.329,5] (10.559,1)	[2,8] (3.219,7)	(2.540,9)	30,3		
Resultado Operacional	14.705,1	13.389,0	5,8	5.990,9	3.412,1	51,2
Resultado neto Operacional	193,1	(25,6)	-174,4	159,6	6,2	2.460,5
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	14.599,3	13.128,4	12,5	6.169,5	3.618,3	61,1
Imposto de Renda e Contribuição Social ¹⁾	(735,2)	(3278,3)	-77,6	(2.401,1)	(240,1)	912,5
Participações no Lucro	(1.612,0)	(1.460,0)	10,4	(59,7)	(452,2)	-42,6
Participações dos Acionistas Minoritários	(364,8)	(393,5)	-2,2	(124,1)	(97,0)	42,1
Lucro Líquido Societário	12.166,1	7.996,6	52,3	3.338,5	3.038,7	9,8
Excluído de despesas com amortização do débito						
Amortização do débito	276,7	1.534,7	-61,8	69,8	69,8	0,0
Lucro Líquido Excluído	12.444,9	9.531,9	39,5	3.405,3	3.106,5	9,5

Para maior compreensão dos resultados em IFRG-GAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto de Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito da hedge (veja item 2).

DEMONSTRAÇÃO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA ADJUSTADA (R\$ MILH)						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	25.034,6	26.947,1	-7,1	9.310,5	4.359,1	46,5
IFCSSL (hedge)	5.611,8	729,5	669,2	(1.393,4)	1.584,6	-187,3
Resultado Bruto de Intermediação Financeira Ajustado	30.846,5	27.675,6	10,7	7.917,4	7.840,6	-9,3

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R\$ MILH)

2018	2017	2016	2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	(706,2) (3.278,3)	-77,6 (2.431,1)	(240,1) 912,5
IFCSSL (hedge)	(5.611,8)	(729,5)	669,2 1.393,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado	(5.347,8) (4.007,8)	58,4 (1.036,9) (1.824,7)	-43,1

2.1.1 Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC. O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da Subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o aporteamento ao Banco de linhas de crédito que são disponibilizadas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para obter a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes da variação de valorização e desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Confisco/IFCSSL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O pagamento fiscal dentro das diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado patrimonial a conta de despesas tributárias (PIS/Confisco) e impostos sobre renda (IFCSSL), conforme demonstrado abaixo:

REDE CHÍNIA DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN E LUXEMBURGO EDAS SUDANARIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ MILH)	2018	2017	2016	2015
Variação Cambial - Resultado do Intermediação Financeira	6.873,6	892,9	647,4 (1.702,7)	1.810,1
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado do Intermediação Financeira	(12.540,9)	(1.702,6)	636,6 3.246,7 (3.324,7)	-197,3
IFCSSL	5.611,8	729,5	669,2 (1.393,2)	1.584,6
PIS/Confisco - Despesas tributárias	256,5	802	216,7 (151,0)	(69,9)
				116,1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2.1.2 Outras Despesas (Despesas) Operacionais

Carimbas: Detalhe para: (a) contida no catálogo de cartão de crédito/débito e Serviços Adquirentes, com crescimento de 16,9%, oriundas de um aumento no período do ano anterior, devido principalmente ao aumento de faturamento tanto em cartões quanto nos serviços de franqueados; (b) Serviços de Conta Corrente, com aumento de 16,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelo aumento de base de clientes correntistas ativos, que cresceram 14 meses consecutivos; e (c) Comissões com Seguros, com aumento de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando a dinâmica de crescimento da carteira de crédito.

(R\$ MILH)	2018	2017	2016
Cartão de Crédito/Débito e Serviços	9.771,5	4.509,9	16,8
Serviços de Conta Corrente	3.360,2	2.908,3	16,5
Comissões com Seguros	2.797,5	2.515,9	11,2

Despesas Gerais - Outras despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participação no lucro, incluindo os efeitos da amortização do débito, apresentou aumento de 4,7%, sinalizando que a participação da amostragem é 2,4% estimativa de despesas administrativas líquidas.

Variação entre o resultado do exercício e o resultado do período imediatamente anterior, para o período das diferenças cambiais, com crescimento de 16,5%.

2.1.3 Despesa com Amortização do Débito

A variação entre o exercido findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bi-anualmente, principalmente, do término da amortização do débito na aquisição do Banco Real, concluída em outubro de 2017.

2.2 Ativos e Passivos

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.3 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.4 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.5 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.6 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.7 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.8 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.9 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.10 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.11 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.12 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.13 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.14 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.15 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.16 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.17 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.18 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.19 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.20 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.21 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.22 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.23 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.24 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.25 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.26 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.27 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.28 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.29 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.30 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.31 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.32 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.33 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.34 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.35 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.36 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.37 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.38 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.39 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.40 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.41 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.42 Cartera de Crédito

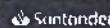
Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.43 Cartera de Crédito

Variação entre o resultado operacional líquido e o resultado operacional líquido da carteira de crédito.

2.44 Cartera de Crédito

</



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90 400 888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com menor diversificação das receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso das despesas.

Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentando mudanças regulatórias e explorando oportunidades de crescimento.

Ganhar participação no mercado de forma responsável por meio da maior gestão, otimizar o acesso à base de clientes, considerando a sustentabilidade e a excelência dos nossos clientes.

O Banco Santander investiu R\$ 26,1 bilhões em uma linha de crédito para garantia de resultados que possibilitem o banco atingir o maior patamar de rentabilidade. Esse notável desempenho pode ser atribuído ao crescimento da base de clientes, por meio da melhoria na experiência e satisfação, maior eficiência operacional e elevado nível de engajamento dos colaboradores, proporcionando a sustentabilidade do negócio. Acredita-se que a par do modelo claramente definido o Banco Santander tem espaço para seguir capturando oportunidades no mercado. Destaca-se:

Pessoas

As pessoas são a marca do Banco Santander. Ao longo desse ano foram alcançados importantes marcos que refletem o compromisso com a empatia, a ética e a busca por uma cultura interna:

Novo Conselho de Administração em 2018, com Rivaldo Souza Audi para a função de Diretor, sem designação específica, para mandato complementar; e (ii) nomeação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto ao cargo de Diretor Executivo da Companhia;

Novo Conselho de Administração em 2018, com Rivaldo Souza Audi para a função de Diretor, sem designação específica de Companhia;

Em 01 de novembro de 2018, aprovar o novo programa de recompra de cotificações de depósito de ações ("Dada") ou de American Depository Receipts ("ADRs"), da emissão do Banco Santander ("Programa de Recuperação"), nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015;

Em 30 de outubro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018;

Em 26 de dezembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$52,80 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária;

Em 29 de dezembro de 2018, aprovar a (i) criação da Sra. Paílson Souza Audi para o cargo de Diretora, sem designação específica, para mandato complementar; e (ii) nomeação do Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Neto ao cargo de Diretor Executivo da Companhia;

Em 01 de dezembro de 2018, com Rivaldo Souza Audi para a função de Diretor, sem designação específica de Companhia;

Em 01 de novembro de 2018, aprovar o novo programa de recompra de cotificações de depósito de ações ("Dada") ou de American Depository Receipts ("ADRs"), da emissão do Banco Santander ("Programa de Recuperação"), nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015;

Em 30 de outubro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018;

Em 26 de dezembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$60,00 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária;

Em 26 de agosto de 2018, aprovar a nomeação da Sra. Manoel Silvano Andrade Bernardes para a função da Diretoria da Companhia, para mandato de 1 (um) ano;

Em 24 de julho de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018;

Em 28 de setembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$60,00 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária;

Em 26 de agosto de 2018, aprovar a nomeação da Sra. Manoel Silvano Andrade Bernardes para a função da Diretoria da Companhia, para mandato de 1 (um) ano;

Em 24 de julho de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018;

Em 01 de setembro de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Francisco Henrique Botelho de Moraes para o cargo de Diretor, sem designação específica de Companhia, para mandato complementar;

Em 03 de julho de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Ramon Sanchez Sanaejo ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar;

Em 26 de junho de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Francisco Henrique Botelho de Moraes para o cargo de Diretor, sem designação específica da Companhia, para mandato complementar;

Em 26 de junho de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de dividendos, no montante bruto de R\$600 milhões, para pagamento a partir do dia 27 de julho de 2018, com nenhuma remuneração a título de atualização monetária;

Em 29 de maio de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Valdemar Moreira de Lima para a função de Olheiro da Companhia para mandato de 1 (um) ano, com alívio a partir do dia 09 de maio de 2018;

Em 14 de junho de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Neto ao cargo de Diretor sem designação específica de Companhia, para mandato complementar;

Em 10 de maio de 2018, aprovar a nomeação da Sra. Deborah Sierra Vieiras, na qualidade de Coordenadora, Sr. Luiz Carlos Nanni, na qualidade de membro técnico qualificado; Sra. Maria Elisa Cardoso Figueira e Sr. Júlio Sergio de Souza Góes, na qualidade de membro de membro;

Em 24 de abril de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2018;

Em 18 de abril de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Cassius Schymura de cargo de Diretor sem designação específica da Companhia;

Em 10 de abril de 2018, aprovar (i) a nomeação da Sra. Deborah Sierra Vieiras para a função de Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia, para mandato complementar, em substituição ao Sr. José Luciano Dutra Penteado; (ii) a nomeação da Sra. Deborah Sierra Vieiras da função de Coordenadora do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia; e (iii) a nomeação do Sr. Bernardo Pires para a função de Coordenador do Comitê de Fatos e Compliance da Companhia, para mandato válido até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realize após a Assentença Geral Ordinária de 2019;

Em 27 de março de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1500 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária;

Em 16 de março de 2018, aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. Felipe Pires Guerreiro de Carvalho ao cargo de Diretor, sem designação específica;

Em 5 de maio de 2018, aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. Marcelo Zerbini ao cargo de Diretor sem designação específica;

Em 26 de fevereiro de 2018, aprovar a renúncia da Sra. Mara Eugénia Andrade Lopez Santos, ocorrida em 9 de fevereiro de 2018, ao cargo de Diretora Executiva da Companhia;

Em 26 de fevereiro de 2018, (i) conferir a renúncia apresentada pelo Diretor Vice-Presidente Executivo Sr. Alexandre Salvo D'Ambrósio; e (ii) aprovar a eleição do Sr. Alexandre Tomai, na qualidade de Diretor Vice-Presidente da Companhia, para mandato complementar;

Em 15 de fevereiro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;

Em 2 de fevereiro de 2018, aprovar a extinção do Sr. Conrado Engel do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia;

7 Gestão de Riscos

O Banco Santander possui um sistema de gerenciamento de riscos e exposição ao risco, que é estruturado para gerenciar os riscos de crédito, de liquidez, de capital, de mercados, de操码, de operações e de compliance.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/18), +24,9 p.v. YoY.

Santander Financiamentos: Itens novos segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central), data-base novembro/1



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.886/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
 operativa), Pessoal (com soluções A canais que atendam suas necessidades e preferências) e Juros, prestando negócios e relações que saem bons para clientes, acionistas e funcionários. Além de se garantir sobre o futuro, os funcionários do Banco Santander agem em seu dia a dia com ética e integridade.

9) Desenvolvimento Sustentável
 A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Humano; (ii) Uso eficiente de Políticas e (iii) Economia Resiliente à Inovação. O Uso de futuro do banco, por meio desses pilares, é aplicar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Alguns dos primeiros e recentes avanços em sustentabilidade, que demonstram a consistência das práticas ambientais, sociais e de governança, recebidos em 2018 são: Inclusão do Santander Brasil no *Vigea Best Emerging Markets Performance Ranking*; com a casa de Preços Santander Microcrédito reconhecido pelo CDD durante o evento *Sustainable Development Goals in Brazil - The Role of the Private Sector*, o Grupo Santander foi reconhecido como um dos 100 melhores bancos do mundo e o primeiro na Europa pelo DJSI (*Dow Jones Sustainability Index*). Entre os destaques em 2018, está o lançamento do CDD Solar, que tem como finalidade financeirar sistemas para geração de energia solar fotovoltaica com prazos atuais, longo prazo, entre outras condições especiais, possibilitando o financiamento de até 100% do valor. Por meio do Agronegócio Responsável, foram capacitados 224 clientes durante o ano, destinados a Sustentabilidade. Já em Agrofinanças Financeiras o Banco realizou R\$127 milhões em investimentos em 2018, relacionados a energias renováveis. Em relação às grandes operações de 2018 o Banco participou da compra de 250 bilhões de reais em Gobex Bonds no valor de R\$407 milhões para projetos de infraestrutura para sistemas de transmissão de energia.

O Projeto Santander Universidades foram concedidas mais de 5.000 bolsas de estudos com incentivo de R\$29 milhões até 31 de dezembro de 2018. O Santander é considerado como a comitiva que mais investe em educação no mundo. Contribui para a promoção dos níveis de ciências, adolescência e idades, por meio da

10) Auditoria Independente
 A política de auditoria independente do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados a suas atividades das Demonstrações Financeiras pode ser considerada independente, se fundamentada nas normas estabelecidas a auditoria independente de auditoria, que devem variar a independência da auditoria. Essa harmonização prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses da seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê da Auditoria do Banco.

Em atendimento à instrução da Comissão de Valores Mobiliários 361/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pelo PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladoras superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

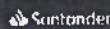
Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers desfez os procedimentos, políticas e controles para assegurar que não seguiu a auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladoras. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservaram a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes não condizem com a cultura externa elevados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os principais critérios indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 29/12/2018)

	Notas	Base	Conselheiros
Ativo Circulante			
Explanadas	31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015	Explanadas	31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015
Disponibilidades	495.071.546 578.490.031 523.287.860 411.052.130	525.489.510 458.722.483 543.486.150 451.565.710	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides	11.135.460 11.148.561 11.029.112 11.234.396	18.199.671.846 166.797.454 143.428.866 144.584.321	
Aplicações no Mercado Aberto	8.464.686 71.058.301 66.378.266 49.249.367	20.531.035 17.133.923 18.631.517 17.176.961	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	45.325.697 34.414.303 44.625.927 34.464.321	46.068.346 40.572.369 46.068.346 40.572.369	
Aplicações em Moedas Estrangeiras	33.270.931 27.226.866 3.668.810 2.341.793	8.208.067 24.698.773 2.693.812 2.811.654	
Total de Ativos Mobiliários	7.686.087 9.414.132 7.668.652 9.414.720	126.260.493 84.392.380 125.822.325 84.019.316	
Instrumentos Financeiros Derivativos		Outros Depósitos	
Carteira Própria		Captações no Mercado Aberto	
Vinculados a Compromissos de Recuperação		16.b 105.464.821 100.346.900 100.334.226 97.601.475	
Instrumentos Financeiros Derivativos		Carretera Própria	
Vinculados ao Banco Central		88.125.774 103.622.592 84.995.177 96.876.750	
Móveis de Privatização		Carretera de Terceiros	
Vinculados à Prestação de Garantias		15.200.913 6.259.682 14.200.914 258.029	
Relações Interfinanceiras		Carretera da Livre Movimentação	
Pagamentos e Recibimentos a Liquidez		1.138.134 464.626 1.136.135 464.626	
Créditos Vinculados		Recursos de Acordo e Emissão de Títulos	
Depósito de Conta Central		14.c 39.902.230 50.462.289 40.622.992 52.115.495	
do Sistema Financeiro da Habitação		Recursos de Ativos Cambiais	
Repasseis Interfinanceiros		Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Sínteses	
Correspondentes		33.009.287 48.167.503 34.975.301 49.160.015	
Operações de Crédito		Obrigações por Títulos a Valores Mobiliários	
Selos Públicos		3.594.692 1.272.494 3.594.692 1.272.494	
Selos Privados		Mobilários no Exterior	
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dividenda)		1.486.251 1.042.291 1.486.251 1.042.291	
Operações de Arrendamento Mercantil		Relações Interfinanceiras	
Spéc. Privado		7 86.347 90.376 264.390 161.277	
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Dividenda)		Recursos Interfinanceiros	
Outros Créditos		Correspondentes	
Operações Financeiras e Finanças Norreadas		5.345.747 4.274.812 3.465.187 4.274.552	
Carteira de Crédito		Recursos Interfinanceiros	
Fluxos a Recibir		3.390.759 4.273.711 3.390.759 4.273.711	
Negociação e Intermediação de Valores		Transações Internacionais de Precos	
Créditos Tributários		75.006 741 75.006 741	
Diversos		Obrigações por Empreitadas	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		18.b 31.997.566 33.001.035 30.317.869 32.027.306	
Outros Valores e Bens		Empreitadas no País - Outras Instalações	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		51.049 77.067	
Outros Valores e Bens (Provisão para Outras Aplicações)		Empreitadas no Exterior	
Despesas Interfinanceiras		31.997.566 33.061.035 30.266.941 31.950.219	
Ativo Realizável a Longo Prazo		Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides		14.e 4.242.164 6.224.384 4.242.164 6.224.384	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.890.952 3.479.329 1.890.952 3.479.329	
Carteira Própria		Caixa Econômica Federal (CEF)	
Vinculados a Compromissos de Recuperação		1.622.523 3.632 52.523 3.632	
Instrumentos Financeiros Derivativos		Agência Especial de Financiamento Industrial (FINEME)	
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.964.224 2.505.707 1.964.224 2.505.707	
Créditos Vinculados		Instituições Financeiras Derivativas	
CFHI - Sistema Financeiro da Habitação		6 3.161.878 5.797.638 11.233.660 15.643.399	
Operações de Crédito		Instrumentos Financeiros Derivativos	
Selos Públicos		1.761.676 5.797.638 11.233.660 15.643.399	
Selos Privados		Outras Obrigações	
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dividenda)		136.637.968 247.779 159.590.191 96.518.468	
Operações de Arrendamento Mercantil		Carteira e Associação de Tributos e Assemelhados	
Spéc. Privado		113.203 130.324 129.029 168.057	
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Dividenda)		Carteira de Crédito	
Outros Créditos		9 98.093.835 48.694.539 98.093.835 48.694.549	
Operações Financeiras e Finanças Norreadas		Sociedades e Estabilizadoras	
Carteira de Crédito		4.995.255 4.991.791 5.023.519 5.019.442	
Fluxos a Recibir		Plataforma Previdenciária	
Negociação e Intermediação de Valores		19 1.370.300 1.555.698 2.355.331 2.685.361	
Créditos Tributários		Notícias e Intermediação de Valores	
Diversos		10 63.498 63.498 1.720.297 607.274	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		Divisas Subordinadas	
Outros Valores e Bens		20 6.665.606 519.200 9.665.606 519.200	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		Instrumentos de Dívida Elétrica e Capital	
Outros Valores e Bens (Provisão para Outras Aplicações)		21 114.104 114.104	
Despesas Interfinanceiras		22 23.714.404 26.649.063 41.601.943 40.941.941	
Ativo Realizável a Longo Prazo		188.494.779 165.044.394 194.992.422 170.265.470	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides		Depósitos	
Créditos Vinculados		18.b 9.601.894 93.170.809 58.942.876 58.942.822	
CFHI - Sistema Financeiro da Habitação		Depósitos Interfinanceiros	
Operações de Crédito		37.145 3.014.562 37.159 400.468	
Selos Públicos		Depósitos a Prazo	
Selos Privados		69.647.038 60.156.049 58.275.982 58.482.354	
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dividenda)		Carteira Própria	
Operações de Arrendamento Mercantil		16.b 31.965.351 32.300.542 31.485.703 32.065.542	
Spéc. Privado		Carteira de Crédito e Sínteses	
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Dividenda)		193.049 294.454 193.049 294.454	
Outros Créditos		Recursos de Acordo e Emissão de Títulos	
Operações Financeiras e Finanças Norreadas		31.302.311 32.066.068 31.302.310 32.066.068	
Carteira de Crédito		Recursos de Ativos Cambiais	
Fluxos a Recibir		36.799.955 20.066.361 38.665.173 22.035.306	
Negociação e Intermediação de Valores		Obrigações por Títulos a Valores Mobiliários no Exterior	
Créditos Tributários		92.1955 720.387 92.1955 720.387	
Diversos		Relações Interfinanceiras	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		1.157.964 947.975 1.157.964 947.975	
Outros Valores e Bens		Obrigações por Empreitadas	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		18.b 2.306.035 1.301.424 2.333.557 1.443.306	
Outros Valores e Bens (Provisão para Outras Aplicações)		476.676 45.522 536.258	
Despesas Interfinanceiras		Empreitadas no Exterior	
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.306.035 905.046 2.306.035 905.046	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides		Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	
Créditos Vinculados		14.e 9.025.052 10.411.513 9.025.052 10.411.513	
CFHI - Sistema Financeiro da Habitação		Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	
Operações de Crédito		5.527.075 5.941.061 5.527.075 5.981.061	
Selos Públicos		Caixa Econômica Federal (CEF)	
Selos Privados		77.152 86.621 77.152 86.621	
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dividenda)		Agência Especial de Financiamento Industrial (FINEME)	
Operações de Arrendamento Mercantil		3.419.497 4.339.154 3.419.497 4.306.195	
Spéc. Privado		Instrumentos Financeiros Derivativos	
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Dividenda)		7.522.291 4.610.657 7.666.723 4.737.495	
Outros Créditos		Dívidas Obrigatórias	
Operações Financeiras e Finanças Norreadas		36.797.871 31.354.818 44.024.027 37.827.990	
Carteira de Crédito		Carteira de Crédito e Sínteses	
Fluxos a Recibir		9 1.509.829 6.652.981 1.509.829 6.652.981	
Negociação e Intermediação de Valores		Fiscais e Previdenciárias	
Créditos Tributários		19 2.792.194 1.848.736 3.290.899 2.204.919	
Diversos		Instrumentos de Dívida Elétrica a Capital	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		21 3.702.372 6.325.451 9.782.372 8.325.451	
Outros Valores e Bens		Divisas	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		22 25.239.827 14.527.450 30.000.053 20.564.609	
Outros Valores e Bens (Provisão para Outras Aplicações)		Resultados de Exercícios Futuros	
Despesas Interfinanceiras		264.877 353.214 337.945 311.388	
Ativo Realizável a Longo Prazo		Resulados de Exercícios Futuros	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides		264.977 353.214 337.945 311.388	
Créditos Vinculados		Patrimônio Líquido	
CFHI - Sistema Financeiro da Habitação		24 65.229.249 59.490.846 65.230.742 59.489.854	
Operações de Crédito		Capital Social:	
Selos Públicos		\$7.000.000 57.000.000 57.000.000 57.000.000	
Selos Privados		4.806.164 4.806.164 4.806.164 4.806.164	
Operações de Arrendamento Mercantil		52.191.814 52.191.814 52.191.814 52.191.814	
Fluxos a Recibir		Reservas de Capital	
Negociação e Intermediação de Valores		140.707 172.396 142.114 174.616	
Créditos Tributários		Reservas de Lucros	
Diversos		9.620.554 4.054.160 9.621.500 4.054.160	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		Ajustes de Avaliação Patrimonial	
Outros Valores e Bens		1.070.580 (1.584.172) (1.584.580) (1.584.172)	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		146.430 (146.430) 469.432 (146.430)	
Outros Valores e Bens (Provisão para Outras Aplicações)		Participação dos Acionistas Minoritários	
Despesas Interfinanceiras		24.i 1.000.000 2.000.000 1.000.000 2.000.000	
Ativo Realizável a Longo Prazo		Total do Patrimônio Líquido	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides		65.229.249 59.490.846 65.230.742 59.489.854	
Créditos Vinculados		Total do Patrimônio Líquido	
CFHI - Sistema Financeiro da Habitação		77.011.514 99.614.027 605.819.268 99.737.212	
Operações de Crédito		Total do Patrimônio Líquido	
Selos Públicos		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Selos Privados		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Operações de Arrendamento Mercantil		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Fluxos a Recibir		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Negociação e Intermediação de Valores		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Créditos Tributários		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Diversos		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Outros Valores e Bens		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Outros Valores e Bens (Provisão para Outras Aplicações)		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Despesas Interfinanceiras		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Aplicações Interfinanceiras de Líquides		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Créditos Vinculados		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
CFHI - Sistema Financeiro da Habitação		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Operações de Crédito		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Selos Públicos		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Selos Privados		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Operações de Arrendamento Mercantil		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Fluxos a Recibir		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Negociação e Intermediação de Valores		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Créditos Tributários		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Diversos		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dividenda)		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Outros Valores e Bens		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111.514	
Ativos Não-Correntes, Manufatos para Venda		1.111.514 1.111.514 1.111.514 1.111	



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Valores expressos em milhares de reais, salvo quando indicado.

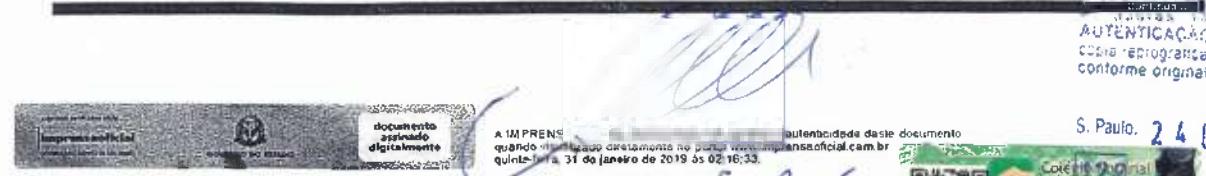
	Notas	01/07 a Exercícios	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/07 a 31/12/2018	Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira										
Opetações de Crédito										
Opetações de Arrendamento Mercantil										
Reulado de Opetações com Títulos e Valores Mobiliários										
Reulado com Instrumentos Financeiros Derivativos										
Reulado de Opetações com Câmbio										
Opetações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros										
Reulado das Aplicações Compradoras										
Despesas da Intermediação Financeira										
Opetações de Captação no Mercado										
Opetações dos Emprestimos e Repasses										
Opetações do Arrendamento Mercantil										
Opetações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros										
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa										
Reulado Bruto de Intermediação Financeira										
Outras Receitas (Despesas) Operacionais										
Receitas de Prestação de Serviços										
Rendas Tácticas Bancárias										
Despesas de Posse										
Outras Despesas Administrativas										
Despesas Tributárias										
Reulado de Participações em Coligadas & Controladas										
Outras Receitas Operacionais										
Outras Despesas Operacionais										
Reulado Operacional										
Reulado não Operacional										
Reulado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações										
Imposto de Renda e Contribuição Social										
Provisão para Imposto de Renda										
Provisão para Contribuição Social										
Ativo Fiscal Orlando										
Participações no Lucro										
Participações dos Acionistas Minoritários										
Lucro Líquido										
Número de Ações (Mil)										
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)										

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	01/07 a Exercícios	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/07 a 31/12/2018	Consolidado
Atividades Operacionais										
Caixa Líquido										
Ajustes no Lucro Líquido										
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa										
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais										
Atuações Monetárias das Previsões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais										
Créditos, Tributos e Passivos Fiscais Detidos										
Reulado de Participações em Coligadas e Controladas										
Depreciações e Amortizações										
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens										
Reulado na Atenção de Valores e Bens										
Reulado na Atenção do Valor Recuperável										
Reulado na Atenção de Investimentos										
Provisão para Garanias Financeiras Prestadas										
Atuações do Depósito Judicial										
Ajustaçao de Impostos a Compensar										
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos										
Outros										
Variações em Ativos e Passivos										
Redução (Aumento) em Aplicações Infrafinanceiras de Liquidez										
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos										
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil										
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central										
Redução (Aumento) em Outros Créditos										
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas										
Variação Líquida em Outras Relações Infrafinanceiras e Interdependências										
Aumento (Redução) em Depósitos										
Aumento (Redução) em Criações no Mercado Aberto										
Aumento (Redução) em Obrigações por Emprestimos e Repasses										
Aumento (Redução) em Outras Obrigações										
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros										
Imposto Pago										
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais										
Atividades de Investimento										
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas										
Aquisição de Investimentos										
Aquisição de Imobilizado de Uso										
Aplicações de Intangível										
Aquisição de Ativos Não Correíveis Mantidos à Venda										
Caixa Líquido Recebido na Atenção de Investimentos										
Aquisição de Controle, menos Caixa Líquido na Aquisição										
Além daquele mencionado no parágrafo anterior										
Além daquele da Atenção de Uso Próprio										
Além daquele da Imobilização de Uso										
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos										
Munância no Escopo da Consolidação										
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento										
Atividades de Financiamento										
Aquisição de Ações de Emissão Própria										
Emissões de Obrigações de Longo Prazo										
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo										
Pagamentos de Dívidas Subordinadas										
Emissões de Instrumentos de Dívida Elétricos e Capital										
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elétricos e Capital										
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio Pagos										
Aumento (Redução) em Participações dos Minutários										
Aumento de Capital em Sociedades Controladas Realizadas por Participações Minoritárias										
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento										
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa										
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício/Semestre										
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício										

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



S. Paulo, 24 OUT
2018
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e original
Caixa Econômica Federal - 2018-01-24
conforme original apresentado. Sua fe

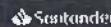
Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 00.400.888/0001-42



Notas Explanativas	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO						Reservas de Tresouraria	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tresouraria	Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios Corporados	Coligadas e Companhias					
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	57.800.000	395.925	2.114.456	909.925	(138.819)	68.598	(2.063.480)	(620.903)	(514.034)	57.754.577	
Promoção de Benefícios a Funcionários			(257.600)		(406.815)					(60.900)	
Ações em Tesouraria			(2.498)							(378.774)	
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d									365.643	
Reserva para Pagamento Baseado em Ações			36.573							(2.498)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos										36.573	
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	(59.493.948)	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1.738.399	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	69.493.948	(148.440)	
Promoção de Benefícios a Funcionários										(366.600)	
Ações em Tesouraria										(312.304)	
Reservado com Ações em Tesouraria	24.d		(15.868)							(15.868)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações			(15.820)							(15.820)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	59.493.948	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1.738.399	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	69.493.948	(148.440)	
Promoção de Benefícios a Funcionários										(366.600)	
Ações em Tesouraria										(312.304)	
Reservado com Ações em Tesouraria	24.d		(15.868)							(15.868)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações			(15.820)							(15.820)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	59.493.948	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1.738.399	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	69.493.948	(148.440)	
Promoção de Benefícios a Funcionários										(366.600)	
Ações em Tesouraria										(312.304)	
Reservado com Ações em Tesouraria	24.d		(15.868)							(15.868)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações			(15.820)							(15.820)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	59.493.948	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1.738.399	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	69.493.948	(148.440)	
Promoção de Benefícios a Funcionários										(366.600)	
Ações em Tesouraria										(312.304)	
Reservado com Ações em Tesouraria	24.d		(15.868)							(15.868)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações			(15.820)							(15.820)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	59.493.948	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1.738.399	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	69.493.948	(148.440)	
Promoção de Benefícios a Funcionários										(366.600)	
Ações em Tesouraria										(312.304)	
Reservado com Ações em Tesouraria	24.d		(15.868)							(15.868)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações			(15.820)							(15.820)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	59.493.948	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1.738.399	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	69.493.948	(148.440)	
Promoção de Benefícios a Funcionários										(366.600)	
Ações em Tesouraria										(312.304)	
Reservado com Ações em Tesouraria	24.d		(15.868)							(15.868)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações			(15.820)							(15.820)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
Custo de emissão de Ações em Tesouraria											
Lucro Líquido											
Descrições:											
Reserva Legal	24.c		390.623							(390.623)	
Dividendos	24.b									(2.500.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b									(3.800.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c			1.125.785						(1.125.785)	
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22									(129.278)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.800.000	172.398	2.505.295	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.380)	(148.440)	59.493.948	(148.440)	
Mutação do Exercício		(223.527)	390.929	806.959	1.187.376	21.050	(620.903)		365.594	1	



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.886/0001-42

Notas	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		Liquidez					
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019						
Receitas da Intermediação Financeira								
Receitas de Participação de Serviços e Fendas de Tarifas Bancárias								
Receitas por Conta da Liquidação Dívidosa								
Outras Receitas e Despesas								
Despesas da Intermediação Financeira								
Itens de Tesouraria								
Material, Energia e Outros								
Serviços Técnicos Especializados e do Correios								
Anotação do Valor Recuperável								
Custos								
Valor Adicionado Bruto								
Reembolsos								
Depreciação e Amortização								
Valor Adicionado Líquido Produzido								
Valor Adicionado Recalcado em Transição da Participação em Coligadas e Controladas								
Valor Adicionado Total a Distribuir								
Distribuição do Valor Adicionado								
Pessoal								
Remuneração								
Benefícios								
Indenização de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)								
Outras								
Impostos, Taxas e Contribuições								
Federais								
Estaduais								
Municipais								
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguel								
Remuneração de Capitais Próprios								
Dividendos								
Juros sobre o Capital Próprio								
Reinvestimentos de Lucros								
Retirada das Participações dos Acionistas Minoritários								
Total								
	24.801.495	100,0%	21.684.241	100,0%	29.446.739	100,0%	25.075.891	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta ou indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição filial do Consórcio Financeiro e Prudencial (Consórcio Santander) pertencente ao Banco Central do Brasil (Banco), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 a 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Operou como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das empresas comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de câmbio. Atividades empresas controladas, assim também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação do crédito não performantes, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no eixo normal das negociações e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COAFIN), de Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco e emenda ao Código Civil e à Consolidação das Leis Municipais, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 15 e os fatores de investimento, onde as informações sobre as operações consolidadas ou detentoras das principais obrigações. As carteras desses fundos de investimento estão classificadas pelo tipo de operação e estão distribuídas nas suas categorias em que originalmente foram alocadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantino Multimercado Crédito Pixejo de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantino);
- Santander Fundo de Investimento Unic Multimercado Crédito Prazo (Santander FI Uni);
- Santander Fundo de Investimento Capitalização Renda Fixa (Santander FI Capitalização);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado O Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract (Referenciado DI (Santander FI CFI Contract);
- Santander Paraty CPT PLC (Santander Paraty) etc.

- Santander Fundo de Investimento Financiero CPTO Prazo (Santander FI Financial);

- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Detecos Créditorios (Venda de Veículos FDC) etc;

- Fundo de Investimento em Direitos Créditorios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FID) Direitos Créditorios RCI Brasil I);

- Fundo de Investimento em Direitos Créditorios FID Brasil - Financiamento de Veículos (FIDN) Brasil - Financiamento de Veículos);

- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominado o BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário);

- Santander FI Hedge Strategic Fund (Santander FI Hedge Strategic);

- Fundo de Investimento em Direitos Créditorios Multibens NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundos Investimento Ipanema NPL VI);

- Fundo de Investimento em Direitos Créditorios Multicargos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundos Investimento Ipanema NPLV);

- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos II;

- A Renault montadora (entidade não pertencente ao Consórcio Santander) vende suas duplicatas ao Fundo Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas. O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Consórcio Santander) vende sua carteira de produto "Renault" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Cartões CDD) ao FIDN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas subordinadas têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.

O Banco Santander figura como credor de débitos monetários e prazos de crédito em conta que possuem como garantia, imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante débito em pagamento das operações de crédito subpraticadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FN para Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário.

O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Parity e do Subsidiário Santander FI Hedge Strategies, com residência na Itália, e ambos são consolidados integralmente em sua estrutura contábil. No entanto, o Santander Parity é um fundo de investimento, um fundo de investimento não padronizado, cuja estrutura é, por esse motivo, muito mais volátil do que uma outra estrutura (um subfundo). O Santander FI Hedge Strategies, o Santander Parity não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

Este fundo foi consultado e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander ofereceu determinadas opções de crédito, que já haviam sido transferidas para projeto (operações vencidas no mês de 360 dias) para esta fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Maiores Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Seconeladora de Créditos Financeiros) (Nota 15), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado diretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Maiores Digitais S.A. (Nota 15).

Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A. (Nota 15).

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de barreiras entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas está distorcida a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, diminuições sobre provisões a passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas relevantes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as

principais provisões e estimativas: perda de crédito, liquidação dívida, realização do crédito tributário, passivos e impostos, perda de valor de investimento, entre outros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no resultado realizado em 29 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no pedido contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

3. Principais Princípios Contábeis

a) Aplicação do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata da incidência sobre ativos e passivos abalizados ou calculados no dia da data de balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apuração

A Resolução CMN n. 524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições submetidas a funcionar pelo Banco que detêm investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidores no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investimentos no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge da variação cambial de investimentos no exterior. Políticas alteradas não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no ano de 2017.

Considerou-se que não houve efeito devido ao nível de exposição ao risco principal no qual é atuado.

As demonstrações financeiras consolidadas em Real e Iene Japonês e Euro e apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e afiliadas, no exterior.

Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data de balanço;

* Recursos e despesas são convertidas para taxa de câmbio média mensal;

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização após deduzidas, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais autorizadas pelo Banco até a data de balanço, calculados pro rata dia, quando aplicável, ou pelo dia útil para reduzir o custo de aquisição ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e disponíveis em até 12 meses são classificados noativo e passivo circulantes, respectivamente. Os saldos realizáveis e disponíveis em até 12 meses são classificados de sua data de vencimento, estátua classificado e apresentado no topo circulante, conforme estabelecido pela Circular Banco n. 069/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeita a um indiferente risco de moeda de vencimento com prazo original igual ou inferior à noventa dias.

e) Aplicações Interinflacionares de Liquidez e Créditos Remuneradores Vinculados ao Banco

São demonstrados pelos valores de realização após deduzidas, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais autorizadas pelo Banco até a data de balanço, calculados pro rata dia, quando aplicável.

f) Operações Compromissadas

Os fluxos de caixa e de investimento devem ser calculados para cada operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e volume de exposição. A diferença entre os valores de recebimento e de venda representa a despesa da operação. O Banco também realiza ajustes das taxas de cotação para realizar cotações em operações de venda com compra antecipada.

g) Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo relativo à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor do mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A cartera de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe uma estrutura financeira de Balanço de maneira que seja possível identificar os títulos individuais, os títulos devem ser registrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos autorizados até a data de balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, competindo-se a variação ou a desvalorização decorrente de tal ajusto em contrapartida da adequada conta de conta de receita ou despesa, liquida dos ónus titulares, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;

(2) da conta destinada ao patrimônio líquido, liquida dos ónus titulares, no resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos autorizados até a data de balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caixa permanente no valor da realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do exercício.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em usá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações resultantes por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendem aos critérios de hedge contábil, prima-parte ou deativos utilizados na administração de exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados a não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

i - hedge de risco de mercado; e

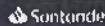
ii - hedge de fluxo de caixa;



Assinatura assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.impressaoficial.com.br quinta-feira, 31 de janeiro de 2019 às 02:16:33





BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 00.100.888/0001-42

NOTAS INFORMATIVAS AS DEMONSTRATIVAS INCERTEZAS
VALORES EXPRESSOS EM MILHÕES DE REAIS (R\$ MILHÕES)

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados no balanço e os instrumentos objetivos de hedge que seguem o valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a variação ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta da receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a variação ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destinada do patrimônio líquido.

Alguns investimentos financeiros libertados de contabilidade por um período de tempo determinado e um ativo ou passivo financeiro que é resultado de uma operação de hedge representam um dispositivo emitido. Os devolvimentos emitidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estavam vinculados.

II) Requisitos Mínimos no Processo de Apreciação de Instrumentos Financeiros (Tabelas II - Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros ou Derivativos)

A Resolução CVM 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entra em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponibilizados para venda", conforme a Circular Bacen 3.082, de 20 de janeiro de 2002;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082, de 20 de janeiro de 2002;

c) Detalhamento das informações para cada tipo de instrumento financeiro, independentemente da sua classificação na cartilha de negociação, estabelecida na Resolução CVM 3.464, de 26 de maio de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta classificação inclui, entre outras faixas, o spread de risco da crédito no registro do valor e mercado destes instrumentos.

II) Cartilha de Créditos e Provisão para Páginas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de cláusula e outros créditos com características de concessão de crédito. É gerenciada pelo seu valor presente, considerando os indenizadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados a pro rata da data de data de vencimento. Para operações vinculadas a prazo de 60 dias, o reconhecimento em recebíveis só ocorre quando do seu definitivo recebimento.

Normalmente, o Banco Ativa a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam risco superior a 300 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos), são baixadas quando completam 540 dias de ativação. A operação de crédito é baixada para prejuízo e registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos ou enquanto não sejam esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cotações de crédito sem referência ao banco ou aos ativos financeiros objeto da operação, que devem ser feitas em conta de compensação. O resultado da cotação é reconhecido integralmente quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CVM 3.532/2008 e Resolução CVM 3.695/2010, todas as cotações de crédito com referência de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos passos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cotação permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigação por operações de venda ou de transferência de riscos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em ativo (valores e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e na política de avaliação do risco da Administração na configuração das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CVM 2.682/1999.

I) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores a Bordo

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens individuais, grupos de alienação ou itens que fazem parte de uma unidade de negócio destinada à alienação (operações descontinguidas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Operações descontinguidas referem-se principalmente a bens não de uso próprio, composta basicamente por imóveis e veículos adquiridos em conta de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao seu menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que foram classificados nessa categoria e não são descontinguidos.

II) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes a são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

III) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o conteúdo na Resolução CVM 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores de originação de novas operações do crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

IV) Permanente

Comissionado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação de valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1) Ajustes dos avaleamentos em condições coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência permanente e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados no custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na aferição, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nos seguintes taxas anuais: edificações - 4%; instalações móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicação - 10%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e bens fixos de veículos - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

3) Intangível

O ativo na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação de valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

Amortização do débito no momento da aquisição - Realiza-se a baixa em outubro de 2017.

Os débitos por equívoco de letras de pagamento são contabilizados pelo valor menor pago na liquidação de créditos de operações de investimento em títulos, salvo se, preventivamente, as operações forem canceladas, canceladas e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizadas de acordo com a vigência dos respectivos contratos. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logística são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

IV) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas a calcular de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados [Susep].

Provisões Técnicas da Prudência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão Matemática de Benefícios e Concedidos (PMBC) e PMBC+.

As PMBC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda conhecida, sendo constituídas através de cálculos anuais para os planos de vida tradicionais.

• Provisão de Riscos Fácticos (PROF)

As PROFs é constituída para cobrir riscos fácticos esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos tradicionais, o regime financeiro de repartição simples a liquidação da capitália de cobertura, a provisão atende as despesas, associadas a risco atuarial, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros, incidentes, acidentes ou morte.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

o PEF abrange os valores de acidentes financeiros promessões, a serem utilizados de acordo com o regulamento de plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada no seu a rendibilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e Outros Valores e Regularizar (PVR)

Abrange os valores esperados aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios e as possibilidades solicitadas e que por qualquer motivo ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser considerada quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação das percentuais aplicáveis sobre os pagamentos obtidos, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e sua utilização através da taxa de remuneração básica da cotação da poupança - Taxa Referencial Básica (TRB).

• Provisão para resgate dos titulos antecipados a considerar a data de cancelamento por falta de pagamento ou não cumprimento do contrato de uso, com base no valor da provisão matemática de resgate constituida no momento de cancelamento do título a provisão para resgate dos titulos vencidos é constituída após o término da vigência do título.

• Provisão de cotovelos a reatuar é constituída com base em percentual da parcela paga a termo com objetivo cobrir os sorteios a que os titulos não concorrem, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os titulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

h) Plano de Benefícios e Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; a (ii) assistência médica, no caso da aposentadoria, inativação permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários.

Plano de Contribuição Definitiva

Plano de contribuição definida, o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e este apresentado na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação de entidade patrocinadora é de que todos os benefícios pactuados pelo empregado, as sumindo o potencial risco futuro de que os beneficiários permaneçam vivos. De acordo com a Resolução CVM 3.131, de 2013, o Banco Santander aplica o Procedimento Técnico do Grupo de Procedimentos Contábeis (CPC) 33 (P1) que estabelece o reconhecimento logo em conta de passivo quando perdas atuariais (excessos de atuariais sobre contribuições fixas) forem sentidas.

Principais Definições

O valor presente da obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano.

• Déficit ou superávit: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano;

• A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios dos empregados do plano ou de entidade patrocinadora, ou (ii) os ativos foram devolvidos à entidade patrocinadora com o início da responsabilidade pelo empregado;

• Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (i) ajustes pelo empregado em suas despesas com a obrigação de benefícios definidos e o que eleivamente é exigido pelo empregado; (ii) pagamentos de benefícios definidos;

• Custo de serviço consiste o custo do plano de benefícios definidos resultante das operações de serviço prestado pelo empregado no exercício anterior.

• O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria da (Nota 32) a despeito do pessoal (Nota 29).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Remuneração Básica e Atações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição de principais direções e diretorias (Nota 30).

[2] considerando-se a permanência e a qualificação e o nível de responsabilidade da pessoa participante será determinada de acordo com o resultado da atuação do participante no desempenho de suas funções.

o Atos Sociais (RTA) do Grupo Santander tem a RTA dos principais executivos oficiais do Grupo e (3) considerando o momento em que os atos sociais são concedidos, ou seja, quando o Banco manda o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima-se o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco manda o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima-se o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do exercício da vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante em conta de passivo no resultado das operações de pessoal em contrapartida às provisões feitas pelo empregado para o serviço prestado durante o exercício da vigência, baseado na melhor avaliação da entidade para a quantificação de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Foram adotados basculares em peças liquidadas em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco manda o valor justo dos instrumentos patrimoniais que se considera que o seu valor justo é menor que o valor justo das ações liquidadas durante a vigência. O Banco manda o valor justo do resultado das operações de pessoal em conta de passivo no resultado da liquidação em dinheiro.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.

o Atações e despesas de recompensa e incentivos, quando a sua realização for superior ao valor justo.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.889/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores em milhares de reais, exceto quando indicado

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, periodicamente, com as diferenças temporárias originais de resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, baseados na contribuição social e aplicações ao valor do mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros disponíveis. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperabilidade em base à gestão de lucros tributáveis futuros. As expectativas de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados tributários fundamentadas em estudos técnicos.

ii) Redução de Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada exercício, com o objetivo de identificar evidências de que o seu valor recuperável em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo, para depreciação imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo (líquido de despesa de venda) e o seu valor em uso.

iii) Resultados de Exercícios Futuros

Reformam-se as rendas recebidas antes do cumprimento de prazo da obrigação às quais elas derem origem, incluindo rendimentos não resitutíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ou ressarcimento é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

iv) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio da entidade controladora.

v) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CVM nº 512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Dacen 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabelecem procedimentos contábeis e sociais aplicáveis, determinando sobre a constituição da provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2017. As perdas esperadas são probabilidades de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2017. As perdas esperadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento de riscos, considerando base em informações e critérios consistentes, práticos de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobrir as perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1º de janeiro de 2017 foram registradas em contingência na conta do patrimônio líquido, de acordo com a Resolução 6 - Carta Circular mencionada anteriormente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco	Consolidado
Disponibilidades	31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015 31/12/2014	31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2015 31/12/2014
Aplicações Interfinanceiras de Líquidez	11.358.459 11.148.581 5.513.365 11.429.112 11.234.369 5.723.644	14.496.488 11.516.820 12.234.313 13.658.670 11.270.048 12.410.063
Aplicações no Mercado Aberto	1.492.769 603.408 1.053.106 4.925.789 673.426 1.129.140	1.702.653 1.498.280 2.23.753 862.449 1.190.802 292.763
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.888.067 9.414.132 10.898.455 7.056.552 9.414.720 10.996.200	Total 25.654.948 22.664.381 17.847.678 25.285.062 22.513.317 18.133.177

5. Aplicações Interfinanceiras de Líquidez

	Banco	Consolidado	
	31/12/2018 31/12/2017	31/12/2018 31/12/2017	
Até 3 Meses	Até 3 Meses	Até 3 Meses	
	12 Meses	12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	34.312.979 11.012.706	- 45.325.867 34.414.303	
Posição Bancária	2.247.400 67.771	- 2.336.670 903.271	
Lotes Financeiros do Tesouro - LFT	9.017	- 9.017 209.159	
Lotas do Tesouro Nacional - NTN	703.522	- 703.522 126.795	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.535.360 67.771	- 1.623.311 5.777.379	
Posição Financeira	10.373.749 4.266.736	- 14.673.384 6.399.179	
Lotes do Tesouro Nacional - NTN	2.711.431 1.076.167	- 3.767.596 6.172.726	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.662.217 1.232.569	- 10.085.496 5.777.553	
Posição Vendida	29.591.332 6.925.201	- 28.316.533 27.411.863	
Lotas do Tesouro Nacional - NTN	6.662.141 1.411.360	- 10.073.521 2.364.179	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.029.191 5.213.821	- 18.243.012 25.047.474	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.363.256 25.807.975 28.031.980	- 61.302.911 49.067.631	
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.868.067	- 7.868.067 9.414.132	
Total	40.544.302 36.920.383 28.031.980	- 114.406.555 92.906.873	
Circulante	18.464.665 71.655.301	- 18.464.665 71.655.301	
Longo Prazo	20.031.980 21.640.772	- 20.031.980 21.640.772	

6. Títulos para Negociação

	Banco	Consolidado	
	31/12/2018 31/12/2017	31/12/2018 31/12/2017	
Até 3 Meses	Até 3 Meses	Até 3 Meses	
	12 Meses	12 Meses	Total
Titulos para Negociação	52.738.229 1.263.337	- 54.001.557 37.948.110	
Titulos Públicos	50.731.656 1.177.460	- 51.909.156 35.973.244	
Titulos Privados	2.006.562 658.771	- 2.092.439 1.974.886	
Titulos Disponíveis para Venda	107.722.448 946.705	- 2.519.849 111.179.620 102.659.894	
Titulos Públicos	65.023.672 909.394	- 2.404.581 86.337.047 84.553.616	
Titulos Privados	22.698.578 31.311	- 112.068 22.841.556 18.105.168	
Titulos Muitos até Vencimento	11.256.327	- 11.256.327 9.578.992	
Titulos Públicos	11.256.327	- 11.256.327 9.578.992	
Total de Títulos a Valores Mobiliários	181.162.900 2.440.502	- 185.562.493 173.936.787	
Derivativos (Ativo)	12.919.297 (2.097.074)	- (30.593) 9.801.633 11.300.873	
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	174.101.897 (1.037.863)	- 2.409.409 184.940.666	
Creditante		- 77.248.455 59.008.394	
Longo Prazo		- 98.229.038 125.931.316	
Derivativos (Passivo)	(11.373.700)	- (10.683.957) (16.408.295)	
Circulante		- (3.161.976) (5.797.630)	
Longo Prazo		- (7.522.291) (4.510.857)	

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

b) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco	Consolidado	
	31/12/2018 31/12/2017	31/12/2018 31/12/2017	
Até 3 Meses	Até 3 Meses	Até 3 Meses	
	12 Meses	12 Meses	Total
Titulos para Negociação	52.738.229 1.263.337	- 54.001.557 37.948.110	
Titulos Públicos	50.731.656 1.177.460	- 51.909.156 35.973.244	
Titulos Privados	2.006.562 658.771	- 2.092.439 1.974.886	
Titulos Disponíveis para Venda	107.722.448 946.705	- 2.519.849 111.179.620 102.659.894	
Titulos Públicos	65.023.672 909.394	- 2.404.581 86.337.047 84.553.616	
Titulos Privados	22.698.578 31.311	- 112.068 22.841.556 18.105.168	
Titulos Muitos até Vencimento	11.256.327	- 11.256.327 9.578.992	
Titulos Públicos	11.256.327	- 11.256.327 9.578.992	
Total de Títulos a Valores Mobiliários	174.101.897 2.440.502	- 185.562.493 173.936.787	
Derivativos	12.919.297 (2.097.074)	- (30.593) 9.801.633 11.300.873	
Creditante		- 77.248.455 59.008.394	
Longo Prazo		- 98.229.038 125.931.316	
Derivativos (Passivo)	(11.373.700)	- (10.683.957) (16.408.295)	
Circulante		- (3.161.976) (5.797.630)	
Longo Prazo		- (7.522.291) (4.510.857)	

8. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

b) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco	Consolidado	
	31/12/2018 31/12/2017	31/12/2018 31/12/2017	
Até 3 Meses	Até 3 Meses	Até 3 Meses	
	12 Meses	12 Meses	Total
Titulos para Negociação	52.738.229 1.263.337	- 54.001.557 37.948.110	
Titulos Públicos	50.731.656 1.177.460	- 51.909.156 35.973.244	
Titulos Privados	2.006.562 658.771	- 2.092.439 1.974.886	
Titulos Disponíveis para Venda	107.722.448 946.705	- 2.519.849 111.179.620 102.659.894	
Titulos Públicos	65.023.672 909.394	- 2.404.581 86.337.047 84.553.616	
Titulos Privados	22.698.578 31.311	- 112.068 22.841.556 18.105.168	
Titulos Muitos até Vencimento	11.256.327	- 11.256.327 9.578.992	
Titulos Públicos	11.256.327	- 11.256.327 9.578.992	
Total de Títulos a Valores Mobiliários	174.101.897 2.440.502	- 185.562.493 173.936.787	
Derivativos	12.919.297 (2.097.074)	- (30.593) 9.801.633 11.300.873	
Creditante		- 77.248.455 59.008.394	
Longo Prazo		- 98.229.038 125.931.316	
Derivativos (Passivo)	(11.373.700)	- (10.683.957) (16.408.295)	
Circulante		- (3.161.976) (5.797.630)	
Longo Prazo		- (7.522.291) (4.510.857)	

b) Resumo da Carteira por Categorias

c) Resumo da Carteira por Categorias

d) Resumo da Carteira por Categorias

e) Resumo da Carteira por Categorias

f) Resumo da Carteira por Categorias

g) Resumo da Carteira por Categorias

h) Resumo da Carteira por Categorias

i) Resumo da Carteira por Categorias

j) Resumo da Carteira por Categorias

k) Resumo da Carteira por Categorias

l) Resumo da Carteira por Categorias

m) Resumo da Carteira por Categorias

n) Resumo da Carteira por Categorias

o) Resumo da Carteira por Categorias

p) Resumo da Carteira por Categorias

q) Resumo da Carteira por Categorias

r) Resumo da Carteira por Categorias

s) Resumo da Carteira por Categorias

t) Resumo da Carteira por Categorias

u) Resumo da Carteira por Categorias

v) Resumo da Carteira por Categorias

w) Resumo da Carteira por Categorias

x) Resumo da Carteira por Categorias

y) Resumo da Carteira por Categorias

z) Resumo da Carteira por Categorias

aa) Resumo da Carteira por Categorias

bb) Resumo da Carteira por Categorias

cc) Resumo da Carteira por Categorias

dd) Resumo da Carteira por Categorias

ee) Resumo da Carteira por Categorias

ff) Resumo da Carteira por Categorias

gg) Resumo da Carteira por Categorias

hh) Resumo da Carteira por Categorias

ii) Resumo da Carteira por Categorias

jj) Resumo da Carteira por Categorias

kk) Resumo da Carteira por Categorias

ll) Resumo da Carteira por Categorias

mm) Resumo da Carteira por Categorias

nn) Resumo da Carteira por Categorias

oo) Resumo da Carteira por Categorias

pp) Resumo da Carteira por Categorias

qq) Resumo da Carteira por Categorias

rr) Resumo da Carteira por Categorias

ss) Resumo da Carteira por Categorias

tt) Resumo da Carteira por Categorias

uu) Resumo da Carteira por Categorias

vv) Resumo da Carteira por Categorias

ww) Resumo da Carteira por Categorias

xx) Resumo da Carteira por Categorias

yy) Resumo da Carteira por Categorias

zz) Resumo da Carteira por Categorias

aa) Resumo da Carteira por Categorias

bb) Resumo da Carteira por Categorias

cc) Resumo da Carteira por Categorias

dd) Resumo da Carteira por Categorias

ee) Resumo da Carteira por Categorias

ff) Resumo da Carteira por Categorias

gg) Resumo da Carteira por Categorias

hh) Resumo da Carteira por Categorias

ii) Resumo da Carteira por Categorias

jj) Resumo da Carteira por Categorias

kk) Resumo da Carteira por Categorias

ll) Resumo da Carteira por Categorias

mm) Resumo da Carteira por Categorias

nn) Resumo da Carteira por Categorias

oo) Resumo da Carteira por Categorias

pp) Resumo da Carteira por Categorias

qq) Resumo da Carteira por Categorias

rr) Resumo da Carteira por Categorias

ss) Resumo da Carteira por Categorias

tt) Resumo da Carteira por Categorias

uu) Resumo da Carteira por Categorias

vv) Resumo da Carteira por Categorias

ww) Resumo da Carteira por Categorias

xx) Resumo da Carteira por Categorias

yy) Resumo da Carteira por Categorias



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.899/0001-42

(II) Títulos Disponíveis para Venda

NOTAS INFORMATIVAS AS DEMONSTRATIVAS DE VALORES							
Valores adicionais e detalhados de títulos e valores mobiliários							
(II) Títulos Disponíveis para Venda							
Títulos Disponíveis para Venda							
Títulos Públicos							
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	70.240.817	905.394	2.328.498	82.474.707	91.286.222		
Crédito Securitizado	815	-	192	1.007	664		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.331	-	115	1.446	2.005		
Letras do Tesouro Nacional - NTN	9.362.097	-	7.817	9.390.914	8.626.177		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	35.994.215	357.551	503.023	36.693.606	36.930.692		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	1.329.707	-	110.837	1.440.344	1.245.609		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	6.751.857	-	1.150.931	9.902.784	9.905.894		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F ¹⁴	658.951	-	40.826	699.777	847.700		
Títulos da Dívida Externa Espanhola	19.241.452	551.043	502.200	19.295.281	16.485.777		
Títulos Privados	23.878.847	31.311	112.096	24.020.264	24.753.734		
Ações	320	-	(270)	50	46.417		
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	23.074	-	23.074	33.398			
Cotas de Fundos de Investimento	1.332.021	-	1.302.021	765.519			
Cotas de Fundos Imobiliários	2.020	-	-	424.256			
Debêntures ¹⁵	9.858.279	31.311	(19.534)	9.761.029	41.116.988		
Letras Financeiras - LF	2.000.020	-	34.797	2.301.017			
Notas Premissórias - NP	6.522.719	-	102.295	6.585.000	6.119.087		
Letras Financeiras - LF	234.074	-	2.294	206.968	271.948		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	158.659	-	(7.041)	151.818	247.176		
Cédula do Produto Rural - CPR	3.450.581	-	(835)	3.449.746	1.411.171		
Total	193.117.764	940.765	2.440.502	166.498.971	131.719.239		
Consolidado							
Títulos Disponíveis para Venda							
Títulos Públicos	85.022.979	909.384	2.349.587	88.530.749	44.553.638		
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	888	-	-	1.007	864		
Crédito Securitizado	1.331	-	115	1.446	2.005		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.171.197	6.158	12.190.136	9.426.215			
Letras do Tesouro Nacional - NTN	36.933.649	357.551	503.023	37.695.685	39.657.224		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	1.329.707	-	110.837	1.440.344	1.245.609		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	6.751.857	-	1.150.931	9.902.784	9.905.894		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	658.951	-	40.826	699.777	847.700		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F ¹⁴	21.296.167	551.043	502.200	21.329.311	18.905.847		
Títulos da Dívida Externa Espanhola	3.679.419	-	(16.077)	3.683.042	4.782.584		
Títulos Privados	22.699.578	31.311	112.096	22.641.055	18.105.188		
Ações	5.668	-	(270)	5.398	51.764		
Cotas de Fundos de investimento em Participações - FIP	23.074	-	23.074	33.370			
Cotas de Fundos de Investimento	156.306	-	156.306	66.399			
Cotas de Fundos Imobiliários	65.921	-	62	65.963	64.460		
Debêntures ¹⁵	9.761.145	31.311	(19.534)	9.792.922	9.739.831		
Eurobonds	2.256.226	-	34.797	2.331.017			
Notas Premissórias - NP	6.522.719	-	102.295	6.625.314	6.119.682		
Letras Financeiras - LF	234.074	-	2.294	236.968	358.927		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	158.659	-	(7.041)	151.616	247.176		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.209	-	-	662			
Cédula do Produto Rural - CPR	3.450.581	-	(835)	3.449.746	1.411.171		
Total	107.722.448	940.765	2.510.849	111.176.862	102.658.804		
Banco							
Títulos Disponíveis para Venda							
Vencimento	Sem	A 6	De 3 a	De 1 a	Acima de		
Títulos Públicos	3.930.090	12.964.109	22.629.038	37.474.674	92.476.107		
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	-		
Crédito Securitizado	206	461	779	-	1.446		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.814	-	2.048.227	6.438.673	9.300.074		
Letras do Tesouro Nacional - NTN	2.969.269	3.900.816	22.172.285	26.851.432	36.683.802		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	4.632	1.435.712	1.443.344		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	45.666	4.858	-	9.852.264	9.863.624		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	6.327	-	-	693.480	693.777		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F ¹⁴	905.404	-	2.714.198	16.875.719	20.291.287		
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.663.342	-	3.663.342		
Títulos Privados	1.302.471	979.160	5.666.345	6.011.193	9.431.496	24.020.284	
Ações	50	-	-	-	50		
Cotas de Fundos de investimento em Participações - FIP	-	-	-	23.074	23.074		
Cotas de Fundos de Investimento	1.302.021	-	-	1.332.021	1.332.021		
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	119.939	1.596.949	2.556.977		
Debêntures ¹⁵	-	-	326.699	2.181.214	3.245.675		
Letras Financeiras - LF	-	-	54.308	182.060	236.968		
Contratos de Preços de Ações - CPA	-	-	24.047	120.645	6.926	151.616	
Contratos de Preços de Ações - CPT	-	-	211.641	1.507.175	492.032	3.448.746	
Total	1.302.971	4.909.649	18.436.454	19.447.222	47.172.372	106.498.971	
Consolidado							
Títulos Disponíveis para Venda							
Vencimento	Sem	A 6	De 3 a	De 1 a	Acima de		
Títulos Públicos	4.015.183	12.964.109	31.973.069	39.885.467	88.337.847		
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	-		
Crédito Securitizado	206	461	779	-	1.446		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	88.311	-	4.107.050	7.964.773	12.108.154		
Letras do Tesouro Nacional - NTN	2.969.269	3.900.816	23.025.456	27.700.154	37.149.956		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	4.632	-	1.440.344		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	45.666	4.858	-	9.852.264	9.863.624		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	6.327	-	-	693.480	693.777		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F ¹⁴	905.404	-	4.509.200	16.946.710	22.393.014		
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.663.342	-	3.663.342		
Títulos Privados	227.647	979.160	5.274.042	7.169.096	9.171.970	22.641.955	
Ações	5.308	-	-	-	5.308		
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	23.074	23.074		
Cotas de Fundos de Investimento	156.306	-	-	156.306	156.306		
Cotas de Fundos Imobiliários	65.963	-	-	65.963	65.963		
Debêntures ¹⁵	-	-	119.939	1.204.646	3.147.684	5.329.453	
Eurobonds	-	-	301.800	2.181.214	3.245.675	574.022	
Notas Premissórias - NP	-	-	623.533	182.060	182.060	236.300	
Letras Financeiras - LF	-	-	54.308	-	-	54.308	
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	24.047	120.645	6.926	151.616	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	211.641	1.507.175	492.032	1.238.058	
Cédula do Produto Rural - CPR	-	-	227.687	4.994.343	10.238.151	38.882.164	48.852.457
Total	-	-	-	-	-	111.178.802	
¹⁴ No Banco e no Consolidado, inclui títulos para emissão de sociedade de economia mista no valor de R\$ 157 (31/12/2017 - R\$ 1.838) em títulos para negociação no FIESB 48.743 (31/12/2017 - R\$ 1.442.604) em títulos disponíveis para venda.							
Esses títulos são mensurados através do valor justo dos Fundos Investidos que deve refletir as condições do mercado no momento sua mensuração, entendendo como a data do reconhecimento inicial, do apresentamento ao consórcio, das demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							
As demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas, quando necessário.							

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.868/0001-42



NOTAS FINANCEIRAS AS DEMONSTRATIVAS FINANCEIRAS									
Valores referentes ao dia 31/12/2018, salvo quando indicado									
III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento									
	Valor Referencial ^(a)	Valor da Cotação ^(b)	Negociado ^(c)	Valor de Mercado ^(d)	Valor Referencial ^(e)	Valor da Cotação ^(f)	Negociado ^(g)	Valor de Mercado ^(h)	
Posição Vendida	203.061.170	-	-	106.919.574	-	-	-	-	
Cupom Cambial (CDI)	146.948.795	-	-	55.016.928	-	-	-	-	
Taxa de Juros (DI e CIA)	54.119.610	-	-	51.135.994	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	1.992.574	-	-	745.849	-	-	-	-	
Índice ⁽ⁱ⁾	-	-	-	20.803	-	-	-	-	
Contratos a Término e Outros	90.805.932	1.907.981	370.463	47.797.322	(920.582)	(281.837)	-	-	
Compromissos de Compra	38.692.360	(3.569.322)	618.568	22.478.457	(3.607.256)	619.809	-	-	
Moedas	30.095.625	(3.569.571)	610.900	21.349.229	(3.506.222)	610.000	-	-	
Ouros	566.735	249	(412)	1.954.637	(1.033)	1.602	-	-	
Compromissos de Venda	52.244.572	5.477.303	(248.105)	24.317.465	2.686.874	(881.446)	-	-	
Moedas	51.958.529	5.420.937	(252.160)	22.096.104	2.688.198	(877.864)	-	-	
Outros	286.043	6.366	4.056	2.221.361	(1.524)	(3.561)	-	-	
Consolidado									
31/12/2018									
	Valor Referencial ^(a)	Valor da Cotação ^(b)	Negociado ^(c)	Valor de Mercado ^(d)	Valor Referencial ^(e)	Valor da Cotação ^(f)	Negociado ^(g)	Valor de Mercado ^(h)	
Swap	346.521	(1.360.694)	-	2.453.547	1.072.877	-	-	-	
Ativo	177.298.668	64.135.848	44.557.490	202.454.924	66.082.202	57.879.172	-	-	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	36.190.014	24.068.416	24.337.807	33.673.210	17.009.034	22.794.490	-	-	
Taxa de Juros Pré - Reais	47.568.399	-	-	95.700.715	-	-	-	-	
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.581.215	-	-	5.532.692	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	90.493.240	39.747.232	20.219.680	57.493.636	39.073.168	34.884.682	-	-	
Outros	53.400	-	-	4.450	-	-	-	-	
Pesavto	178.446.347	(63.267.127)	(45.918.384)	200.011.355	(53.626.655)	(56.896.186)	-	-	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	11.801.538	-	-	16.664.176	-	-	-	-	
Taxa de Juros Pré - Reais	88.372.044	(40.403.045)	(23.075.374)	114.357.076	(18.656.361)	(21.867.884)	-	-	
Indexados em Índices de Preços e Juros	24.308.601	(21.727.386)	(21.775.017)	40.146.965	(34.554.076)	(34.527.968)	-	-	
Moeda Estrangeira	50.740.009	-	-	28.420.487	-	-	-	-	
Ouros	1.210.096	(1.156.656)	(1.057.933)	422.668	(416.216)	(390.326)	-	-	
Opcões	335.070.060	2.863	153.146	190.061.999	210.736	166.035	-	-	
Compromissos de Compra	149.076.796	514.967	719.835	87.503.933	511.619	559.216	-	-	
Opcões de Compra Moeda Estrangeira	14.518.056	266.629	239.079	9.369.821	211.670	109.542	-	-	
Opcões de Venda Moeda Estrangeira	6.603.620	135.576	90.736	5.130.092	65.287	42.388	-	-	
Opcões de Compra Outras	3.116.344	25.710	131.271	1.950.481	15.083	59.219	-	-	
Mercado Interfinanceiro	632.488	10.543	4.532	1.185.510	7.021	389	-	-	
Otulas ^(j)	2.476.856	15.167	125.760	768.171	8.062	58.830	-	-	
Opcões de Venda Outras	122.546.774	94.992	255.824	71.050.139	219.579	262.066	-	-	
Mercado Interfinanceiro	121.782.816	77.062	217.728	70.295.822	216.914	257.944	-	-	
Otulas ^(k)	763.956	7.910	38.098	754.857	2.665	24.124	-	-	
Compromissos de Venda	185.998.284	(512.044)	(563.797)	102.357.776	(101.063)	(365.163)	-	-	
Opcões de Compra Moeda Estrangeira	7.615.856	(124.442)	(101.034)	5.595.163	(112.785)	(117.059)	-	-	
Opcões de Venda Moeda Estrangeira	12.160.912	(276.500)	(169.431)	5.919.588	(95.764)	(77.145)	-	-	
Opcões de Compra Outras	31.879.193	(21.381)	(66.002)	19.686.160	(25.105)	(35.961)	-	-	
Mercado Interfinanceiro	29.509.298	(10.574)	(1.195)	19.151.110	(17.637)	(516)	-	-	
Otulas ^(l)	2.070.621	(10.607)	(52.867)	729.070	(7.268)	(55.446)	-	-	
Opcões de Venda Outras	134.509.597	(89.721)	(227.200)	71.162.835	(67.499)	(155.016)	-	-	
Mercado Interfinanceiro	133.703.612	(77.794)	(179.441)	70.494.822	(54.376)	(126.743)	-	-	
Otulas ^(m)	605.925	(11.927)	(47.479)	605.210	(13.073)	(28.276)	-	-	
Contratos de Futuros	289.566.200	-	-	181.725.596	-	-	-	-	
Posição Comprada	66.263.734	-	-	54.809.022	-	-	-	-	
Cupom Cambial (CDI)	20.590.068	-	-	9.616.936	-	-	-	-	
Taxa de Juros (DI e CIA)	32.890.645	-	-	25.456.300	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	32.459.813	-	-	16.733.337	-	-	-	-	
Índice ⁽ⁿ⁾	466.168	-	-	1.780.311	-	-	-	-	
Treasury Bonds/Notes	203.304.466	-	-	219.935	-	-	-	-	
Cupom Cambial (CDI)	146.948.795	-	-	55.016.928	-	-	-	-	
Taxa de Juros (DI e CIA)	54.160.263	-	-	51.105.994	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	1.992.574	-	-	745.849	-	-	-	-	
Índice ^(o)	202.894	-	-	20.803	-	-	-	-	
Contratos a Término e Outros	90.810.641	1.911.891	423.730	47.829.591	(920.582)	(234.066)	-	-	
Compromissos de Compra	38.698.269	(3.565.412)	871.835	23.506.998	(3.607.256)	647.768	-	-	
Moedas	30.095.625	(3.569.571)	618.900	21.525.220	(3.506.223)	616.007	-	-	
Otulos	570.644	4.159	52.855	1.980.876	(1.033)	29.369	-	-	
Compromissos de Venda	52.244.572	5.477.303	(248.105)	24.317.465	2.686.874	(881.446)	-	-	
Moedas	51.958.529	5.470.937	(252.160)	22.096.104	2.688.198	(877.864)	-	-	
Otulos	286.043	6.366	4.056	2.221.361	(1.524)	(3.561)	-	-	
Consolidado									
	31/12/2018	31/12/2017							
	Boleto ⁽ⁿ⁾	Balcão ^(o)							
			Total						
Swap	39.889.576	90.922.460	120.600.058	148.017.969					
Opcões	307.877.265	22.400.436	330.076.421	187.600.913					
Contratos de Futuros	288.958.465	220.982.952	50.714.065	335.073.089	150.061.609				
Contratos a Término e Outros	40.186.310	31.251.475	19.469.147	90.908.932	47.797.322				
IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação									
	31/12/2018	31/12/2017							
	Boleto ⁽ⁿ⁾	Balcão ^(o)							
			Total						
Swap	39.889.576	137.408.790	177.288.974	202.464.902					
Opcões	307.644.530	27.426.560	305.073.089	190.061.609					
Contratos de Futuros	289.508.200	269.508.200	161.725.596	161.725.596					
Contratos a Término e Outros	323.413	90.563.519	90.908.932	47.797.322					
V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação									
	31/12/2018	31/12/2017							
	Boleto ⁽ⁿ⁾	Balcão ^(o)							
			Total						
Swap	39.889.576	137.408.790	177.288.974	202.464.902					
Opcões	307.644.530	27.426.560	305.073.089	190.061.609					
Contratos de Futuros	289.508.200	269.508.200	161.725.596	161.725.596					
Contratos a Término e Outros	323.413	90.563.519	90.908.932	47.797.322					
VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação									
	31/12/2018	31/12/2017							
	Boleto ⁽ⁿ⁾	Balcão ^(o)							
			Total						
Swap	34.296.821	42.437.445	54.068.792	130.003.058	148.017.969				
Opcões	14.636.017	1.066.323	314.356.061	330.076.421	167.600.913				
Contratos de Futuros	39.024.576	48.641.894	3.240.060	90.908.932	47.797.322				
Contratos a Término e Outros	39.024.576	48.641.894	3.243.969	90.910.841	47.822.561				
VII) Derivativos Utilizados como Instrumentos de Hedge									
	31/12/2018	31/12/2017							
	Ajuste a Valor Referencial	Ajuste a Valor Referencial							
	Partes	Instituições Financeiras ^(m)	Total						
			Total						
Swap	34.296.821	42.437.445	54.068.792	130.003.058	148.017.969				
Opcões	14.636.017	1.066.323	314.356.061	330.076.421	167.600.913				
Contratos de Futuros	39.024.576	48.641.894	3.240.060	90.908.932	47.797.322				
Contratos a Término e Outros	39.024.576	48.641.894	3.243.969	90.910.841	47.822.561				
VIII) Derivativos Utilizados como Instrumentos de hedge por indexador									
	31/12/2018	31/12/2017							
	Ajuste a Valor Referencial	Ajuste a Valor Referencial							
	Partes	Instituições Financeiras ^(m)	Total						
			Total						
Swap	34.296.821	32.669.903	110.322.147	177.288.865	202.464.902				
Opcões	14.636.017	1.066.323	319.350.740	335.073.089	160.061.609				
Contratos de Futuros</									



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

Município de São Paulo
385
2019

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Notas explicativas às demonstrações financeiras									
CONSOLIDADA									
31/12/2018									
	Ajuste à Valor da Curva Mercado	Valor de Mercado	Ajuste à Valor da Curva Mercado	Valor de Mercado	Ajuste à Valor da Curva Mercado	Valor de Mercado	Ajuste à Valor da Curva Mercado	Valor de Mercado	CONSOLIDADA
	31/12/2018	31/12/2018		31/12/2018					31/12/2018
Instrumentos de Hedge									
Contratos de Swap									
Ativo	20.797 (118.007)	(98.020)	(36.011)	(95.072)	(130.083)				
Indexados em Moeda	4.342.218	58.933	4.398.851	2.992.712	12.954	3.006.586			
Indexados em Moeda Estrangeira									
Estrangeira - Pré - Dólar ¹⁰	-	-	6.422	320	6.742				
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ¹⁰	2.107.250	24.411	2.161.661	715.457	(23.505)	691.672			
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ¹⁰	1.723.572 (1.057)	1.720.919	1.010.723	(357)	1.818.366				
Indexados em Moeda Estrangeira - Estrangeira - Euro ¹⁰	481.396	33.279	516.375	450.110	36.576	486.586			
Passivo	(4.321.431) (175.449) (4.495.671)	(3.027.722) (194.826) (3.198.349)							
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ¹⁰	(284.886) (16.325)	(301.011)	(241.006)	(20.109)	(261.915)				
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ¹⁰	(191.789) (10.000)	(201.819)	(209.554)	(16.303)	(225.857)				
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ¹⁰	(1.675.582) (63.971) (1.739.553)	(463.018)	(21.380)	(474.398)					
Taxa de Juros Pré - Reais ¹⁰	(1.657.950) (43.801)	(1.701.759)	(1.640.730)	22	1.640.709				
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ¹⁰	(190.474) (5.197)	(195.671)	(205.529)	(13.863)	(219.392)				
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ¹⁰	(320.942) (26.116)	(357.058)	(277.066)	(36.993)	(314.075)				
Objeto de Hedge									
Ativo	4.250.084	84.343	4.334.737	3.049.206	77.623	3.128.829			
Operação de Crédito (Nota 8.e)	1.750.679	99.036	1.840.814	1.302.930	79.496	1.382.028			
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ¹⁰	726.249	40.150	766.399	335.670	16.401	352.071			
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ¹⁰	298.068	1.315	299.403	284.101	4.319	268.420			
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ¹⁰	190.471	10.019	200.490	208.527	16.416	224.843			
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ¹⁰	190.494	64	190.558	178.860	(2.888)	175.090			
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ¹⁰	310.847	36.854	350.701	260.467	41.356	321.825			
Taxa de Juros Pré - Reais ¹⁰	31.530	1.533	33.063	17.177	3.900	21.077			
Títulos e Valores Mobiliários ¹⁰									
Disponíveis para Venda	2.496.715 (5.592)	2.494.123	1.748.378 (1.973)	1.744.803					
Notas Promissórias - NP ¹⁰	626.511	31.516	652.029	125.528	445	125.974			
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ¹⁰	783.600	28.046	811.906	119.530	364	119.892			
Taxa de Juros Pré - Reais ¹⁰	36.651	3.472	40.123	5.991	91	9.088			
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ¹⁰	1.679.294 (37.110)	1.842.094	1.820.847 (2.318)	1.818.523					
Banco/Consolidada									
	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	CONSOLIDADA
Objeto de Hedge									
Contratos de Futuros									
Taxa de Juros (DI) ou (DIA)									
Indexado a Índice de Preços - IPCA (DAF)									
Instrumentos de Hedge									
Contratos de Futuros									
Taxa de Juros (DI) ou (DIA)									
Indexado a Índice de Preços - IPCA (DAF)									
Objeto de Hedge - Valor da Curva									
Ativo	34.865.758	905.705	35.769.493	24.415.397	364.434	24.770.931			
Titulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda									
Títulos Públicos	34.267.055	67.493	35.161.449	24.415.397	364.434	24.770.931			
Lotes do Tesouro Nacional - LTN	24.293.605	357.330	24.650.955	16.747.321	219.611	13.853.932			
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	9.398.420	517.063	10.510.482	10.741.076	144.823	10.885.897			
Títulos Privados	576.703	31.312	606.015	-	-	-			
Debêntures	576.703	31.312	606.015	-	-	-			
¹⁰ No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexadas em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R\$11.906 (31/12/2017 - R\$10.530).									
¹⁰ No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são operações de crédito a títulos e valores mobiliários representadas por notas promissórias indexadas em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R\$766.399 (31/12/2017 - R\$52.071), a das notas promissórias em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$10.354.									
¹⁰ No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexadas em títulos de juros pré-reais com valor de mercado do R\$40.123 (31/12/2017 - R\$8.082) e operações de crédito na nota de R\$3.063 (31/12/2017 - R\$2.077).									
¹⁰ No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R\$10.701 (31/12/2017 - R\$2.185).									
¹⁰ No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R\$2.450 (31/12/2017 - R\$224.943).									
¹⁰ No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são operações de crédito indexadas em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$229.403 (31/12/2017 - R\$286.490).									
¹⁰ No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de hedge são operações de crédito indexadas em moeda estrangeira - pré euro com valor de mercado de R\$10.558 (31/12/2017 - R\$173.990).									
¹⁰ No Consolidado, são instrumentos possíveis cujos objetos de hedge são títulos públicos pré-fixados representados por Notas do Tesouro Nacional NTN F com valor de mercado do R\$1.642.094 (31/12/2017 - R\$1.618.529).									
A análise de riscos/descontos das operações está de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.									
b) Hedge de Fluxo de Caixa									
	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	CONSOLIDADO
Instrumentos de Hedge									
Contratos de Swap									
Ativo	195.976 (30.593)	185.377	120.428	(26.656)	94.742				
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ¹⁰	1.421.015 (122.594)	1.296.421	1.174.656	(36.590)	1.136.044				
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ¹⁰	1.255.624 (123.696)	1.131.928	1.035.029	(42.150)	992.875				
Passivo	(1.226.045)	92.001 (1.130.044)	(1.051.226)	7.004 (1.043.324)					
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ¹⁰	(160.250)	(504)	(160.754)	(142.190)	(5.735)	(147.925)			
Indexados em Moeda Estrangeira - Estrangeira Pré - Euro ¹⁰	(1.064.795)	92.505 (972.290)	(909.938)	13.639 (895.399)					
Banco									
	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	Ajuste à Valor da Curva Mercado	31/12/2018	CONSOLIDADO
Ativo									
Swap - Diferencial a Receber	6.809.833	5.700.402	14.730.123	15.849.669					
Premios de Depósitos a Entregar	558.123	409.456	716.936	553.219					
Contratos a Término e Outros	2.292.669	5.114.013	2.579.936	5.141.561					
Total	9.641.630	11.303.673	14.026.995	15.849.976					
c) Instrumentos Financeiros - Análise da Sensibilidade									
A gestão de riscos é focada em portfólio e fatores de riscos, conforme o regulamentado do Bacen e as boas práticas internacionais.									
As novas regras do Brasil IIIS seguem um cronograma de implementação, possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019.									
Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme o regulamento de gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado, a serem definidas.									
2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 <b									



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 00.400.868/0001-42

objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5º da Carta Circular 3.684 do Banco, de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de risco (Nota 6.2. Viii).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Dívididas

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016		11.900.532	3.479.125	(3.446.832) 13.145.128
Saldo Inicial	13.520.000	13.520.000				
Concessões Líquidas das Reversões	10.605.611	10.135.149	12.055.362	11.178.001		
Baixas	(5.736.674)	(11.048.382)	(11.357.213)	(12.649.538)		
Saldo Final	15.734.194	15.007.217	16.764.123	17.481.974		
Circulante	4.926.375	3.950.123	5.990.196	6.052.828		
Longo Prazo	11.807.779	11.914.048	12.998.025	12.806.148		
Créditos Recuperados (ii)	1.952.000	2.455.251	2.297.015	2.008.273		

(i) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas operações de crédito e operações de arrendamento mercantil inclui resultado da cessão de créditos sem cobrança e/ou a operações anteriormente registradas como resultado da venda de crédito - (ii) resultado das operações de recuperação de dívidas.

g) Créditos Renegociados

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016				
Créditos Renegociados	13.611.093	13.155.907	15.021.047	12.855.633		
Provisão para Crédito de Liquidação Dívididas	(7.764.656)	(7.744.788)	(8.065.913)	(7.923.061)		
Percentual da Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	56,2%	59,9%	53,7%	59,0%		
a) Concentração de Crédito						

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)	
31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016					
Carteira de Crédito com Avalias e Fianças (i), Títulos e Valores Mobiliários (ii) e Instrumentos Financeiros Derivativos (ii)							
Banco	%	Banco	%	Banco	%	Banco	%
10 Maiores	3.675.000	9,0%	4.405.863	1,2%			
20 Maiores	28.625.231	6,8%	29.407.559	7,7%			
50 Maiores	44.262.442	10,9%	44.854.824	12,5%			
100 Maiores	63.958.141	17,9%	70.193.708	19,9%			

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016				
Inclui as perdas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.						
Reforça-se a posição das débitoras, notas promissórias e certidões de recebíveis imobiliários - CRI.						
Reforça-se o risco de crédito de devedores.						

B. Carteira de Cambio

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016				
Direitos sobre Venda de Cambio	67.730.000	33.464.663				
Câmbio Comprado e Licitado	35.661.763	26.601.120				
Adestramentos em Moeda Nacional Recebidos	(109.179)	(11.329)				
Carteira a Receber de Adestramentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 9.a)	101.894	86.481				
Total	107.732.388	60.118.223				
Circulante	105.883.000	50.370.513				
Longo Prazo	1.900.000	6.748.712				
Pesquisas						
Câmbio Vendido à Liquidez	72.067.100	40.516.392				
Obrigações por Compra de Câmbio	34.493.569	19.872.368				
Adestramentos sobre Contratos do Câmbio (Nota B.a)	(6.125.308)	(5.070.512)				
Outros	1.509.792	8.952.261				
Total	1.580.005	1.915.492				
Circulante	194.823	651.740				

(i) Inclui as perdas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(ii) Reforça-se a posição das débitoras, notas promissórias e certidões de recebíveis imobiliários - CRI.

(iii) Reforça-se o risco de crédito de devedores.

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016				
Ativo						
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liqueirar	562.324	142.665	569.457	142.825		
Carregos de Registro e Licenciamento	10.488.564	3.944.071	(2.675.397)	11.774.216		
Devedores - Conta Liquidada Pendentes	-	-	107	8.349		
Bolhas - Depósitos em Garantia	110.800	41.997	110.830	41.997		
Outros (ii)	775.356	600.984	775.356	600.984		
Total	1.626.263	985.645	1.810.791	2.128.473		
Circulante	1.626.263	985.645	1.810.791	2.128.473		
Pesquisas						
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liqueirar	714.564	73.437	721.169	95.103		
Carregos de Registro e Licenciamento Pendentes	105.639	4.269	48.005	105.639		
Créditos por Empedidos do Arco	-	1.194	369.622	33.100.93		
Carregos de Registro e Licenciamento	-	-	140.052	1.360		
Comissões e Corretagens a Pagar	1.370	1.971	2.326	3.105		
Outros	11.725	2.977	11.734	2.077		
Total	833.498	83.848	1.220.297	867.274		
Circulante	833.498	83.848	1.220.297	867.274		

(i) Reforça-se os depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balanço.

(ii) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(iii) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativa e depósitos judiciais mencionado na Nota 3.a.

Em 31 de dezembro de 2016, os créditos tributários não abertos totalizaram R\$269.824 (31/12/2017 - R\$171.226) no Banco e R\$318.155 (31/12/2017 - R\$172.103) no Consolidado, cuja expectativa de realização supera 10 anos.

O resgate contabiliza os créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil só efetuado pelas aplicações aplicáveis ao período provável de sua realização e está baseado na projeção de recursos futuros e em um estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016				
Ativo						
Operações com Créditos de Liquidação Dívididas	562.324	142.665	569.457	142.825		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.023.947	805.704	(469.980)	1.159.677		
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.361.741	84.913	(235.500)	1.191.000		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.529.065	2.065.519	(1.746.621)	1.867.493		
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (ii)	2.318.210	2.065.142	(2.724.297)	2.459.145		
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hodges de Fluxo de Caixa (ii)	315.265	68.144	-	383.413		
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	439.708	582.339	(505.594)	410.102		
Outras Provisões Temporárias (ii)	2.065.919	-	(12.871)	2.053.040		
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.822.467	10.822.227	(9.093.311)	23.551.583		
Projetos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	548.697	-	-	496.538		
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	211.753	-	(10.248)	211.404		
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	22.892.817	10.822.227	(9.076.569)	24.447.575		
Circulante	3.349.220	-	-	7.502.120		
Longo Prazo	19.552.697	-	-	16.948.153		

	Banco	Consolidado	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Saldo em Consolidação (Nota 15)	Concessão	Saldo em Consolidação (Nota 15)
31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016				
Ativo						
Provisão para Créditos de Liquidação Dívididas	11.228.152	4.124.494	(4.502.082)	10.646.600		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cheias	783.276	336.298	(95.127)	1.023.647		
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.380.798	242.499	(261.543)	1.361.741		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.060.611	585.742	(197.266)	1.529.065		
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (ii)	3.719.237	858.318	(2.259.345)	2.318.210		
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hodges de Fluxo de Caixa (ii)	545.119	-	(229.854)	315.265		
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (ii)	684.543	471.404	-	1.356.001		
Otros Provisões Temporárias (ii)	3.178.627	553.508	(162.999)	3.065.619		
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.141.751	7.701.116	(8.591.160)	22.822.467		
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	(119.460)	521.753		
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	23.782.964	7.701.116	(8.591.160)	22.822.467		
Circulante	8.204.581	-	-	3.340.226		
Longo Prazo	15.548.383	-	-	10.552.697		

(i) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(ii) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(iii) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(iv) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(v) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(vi) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(vii) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(viii) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise da perda de crédito, liquidadas durante o período, de acordo com as políticas de

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ n° 90 400 880/0001-4

15. Participações em Colóquios e Controladas

Investimentos		Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (ME)		Participação Direta	Participação Consolidada
			Ações Ordinárias a Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing S.A. (atual nomeamento Mercantil) (Santander Leasing)		Leasing	11.001.798	-	79,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)		Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandeirante S.A. ¹²⁷		Banco	3.588	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.		Banco	81	91	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito Financeiro e Investimento S.A. (Aymoré CFI)		Financeira	287.706.570	-	100,00%	100,00%
Santander CVCV		Corretora	14.067.573	14.067.573	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) ¹²⁸		Outras Atividades	4.887	-	100,00%	100,00%
Gebetra S.A.		Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)		Holding	12.738.211	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EPC		Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atua! Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.		Recuperação de Créditos Incobráveis	265.419	-	100,00%	100,00%
(atual denominação social da Atua! Companhia Securizadora de Créditos Financeiros) ¹²⁹		Holding	24.500	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.		Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) ^{130/131}		Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
Flyer Entrega S.A. ¹³²		Outras Atividades	45.001	-	100,00%	100,00%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios) ¹³³		Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Estra Fidelidade S.A. ¹³⁴						
Controladoras da Aymoré CFI						
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos)		Instituição de Pagamento	90.724	-		100,00%
Banco Oi Bonsucesso Consignado S.A. (Oi Consignado) ¹³⁵		Banco	261.359	-		60,00%
Banco PSA		Banco	105	-		50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (atual denominação social da BHIV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.) ¹³⁶		Banco	50.000	-		50,00%
Controladora do Santander Leasing						
Sistec Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Distribuidora	162	-		100,00%
(atual denominação social da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A.) (SI DTVM) ^{137/138}						
Controladoras da Sancap						
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)		Capitalização	64.615	-		100,00%
Evidence Prudência S.A.		Prudência	12.591.172	-		100,00%

Frontiers in Bioengineering
and Biotechnology

Controladora de Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.¹⁵	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	140	-	70,00%
Retum Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.				
(atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) ¹⁶				
Controladora de Retum Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.				
(atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) ¹⁶				
Rgum Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Cosfora do Investimentos Ipanema S.A.) ¹⁷	Gestora de Recursos	11	-	100,00%
Controladoras em Conjunto do Banco Santander				
Cobrasac Companhia Brasileira de Socorrência (Cobrasac) ¹⁸	Seguradora	4	-	9,72%
Northern Participações e Consultoria S.A. (Northern Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%
Estrutura Brasileira do Projeto S.A. - EBP (EBP) ¹⁹⁻²⁰	Outras Atividades	3.858	2.953	11,11%
Gestora de Integridade do Crédito S.A. (Gestora de Crédito) ²¹	Bírdo de Crédito	3.500	3.560	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda. ¹⁹	Outras Atividades	265	-	25,32%
Controladoras em Conjunto da Santander Corretora de Seguros²¹				
Webmotors S.A. ²²	Outras Atividades	366.182.676	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) ²³	Corretora de Seguros	450	-	50,00%
Controladoras em Conjunto da Sancap				
Santander Auto S.A. ²⁴	Outras Atividades	7.500	-	50,00%
Controladoras de Getnet S.A.				
Autas HUT Processamento de Dados Ltda. (Autas HUT)	Outras Atividades	3.885	-	100,00%
Intagy Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Intagy Tecnologia)	Outras Atividades	76.275	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	8.050	-	100,00%
Controladora da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Páginas S.A. (loop) ²⁵	Outras Atividades	23.243	-	51,00%
Controladora da TecBan				
Tinet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tinet) ²⁶	Outras Atividades	494.625	-	100,00%
Controladora da Tinet				
Tibolt Segurança e Transporte de Veículos Ltda. (Tibolt) ¹⁹	Outras Atividades	485.350	-	100,00%
Controladora do Citi Consiliente²⁷				
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	100,00%
Old Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	100,00%
Confidencial do Banco Santander	Outras Atividades	1.679	-	21,75%
Unicredit Mandante & Mandado S.A. (Unicredit Mandante)	Outras Atividades	1.261	-	28,35%

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.impressaooficial.com.br



100,00%
CARTEIRÃO DO 12º TANQUELÃO
JU 49 - RUA COLA SPOSITO - 14610-000
CEP 13.100-1470 - São Paulo
AUTENTICAÇÃO - Autentico a
cópia telegráfica extraída nes-
se conforme original apresentado

~~ESCREVENTE AUTOR~~
C. STH. CONTRIB. PI VERSO



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 00.400.666/0001-42

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a Apuração das Finanças Operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PFR) de acordo com a natureza 28% proporcionalidade definida nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações na Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

Banco Consolidado
31/12/2018 31/12/2017

CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ¹⁰ (em Mês/Mês)	Taxa de Entalho	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	CDI 6	109.168	
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R\$288	IPM 8	409.658	
Níveis I e II	janeiro/14 Sem Prazo (Perpetuo)		R\$3.000	7,375%	4.006.680	
Níveis I e II	janeiro/14	janeiro/24	R\$3.000	6,000%	4.976.729	
Total					8.885.808	519.230
Circulantes					8.885.808	519.230

¹⁰ CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
 • Entre dezembro de 2017 e maio de 2016, emissão indexada entre 100% e 112% de CDI.
 • Entre dezembro de 2017 a junho de 2016, emissão indexada no IPCA, acrescido de juros de 0,3% a.a. a 8,4% a.a.
 • Em 16 de dezembro de 2018, o Banco aprovou a reclassificação destes instrumentos da Linha de Instrumentos da Dívida Elegível a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 21).

21. Instrumentos de Dívida Elegível a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegível a Capital referente a emissão de instrumentos da capital para comprar o Nível I e Nível II do PFR devido ao Plano de Ottimização do Capital são os seguintes:

Banco Consolidado
31/12/2018 31/12/2017

Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Entalho	Juros (a.a.)	Total	Total
Nível I 1948		Sem Prazo (Perpetuo)	R\$3.000	7,375%	-	4.189.168	
Nível I 1948	janeiro/14	janeiro/24	R\$3.000	6,000%	-	4.250.447	
Nível I 19		Sem Prazo					
Nível I 19	novembro/18	(Perpetuo)	US\$1.250	7,250%	4.885.197		
Nível I 19	novembro/18	novembro/28	US\$1.250	6,125%	4.887.175		
Total						9.770.372	8.402.655
Circulantes						9.770.372	8.402.655
Longo Prazo						9.771.503	8.325.451

¹⁰ Notas recompradas em 2019; conforme autorização do Banco em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos devem ser excluídos do Nível I e Nível II do PFR.
 • Notas recompradas em 2019; conforme autorização do Banco em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos devem ser excluídos do Nível I e Nível II do PFR.

• As emissões de janeiro de 2018 foram atuladas pelo Banco Santander no Brasil, incluindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa elevada de juros dessas emissões é de 6,678% e 6,058%, para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões atuladas da novembro de 2018 foram atuladas através da Agência de Cymaplus a consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

• Juros pagos correntemente, a partir de 08 de maio de 2019.

• Em 18 de dezembro de 2018, o Banco emitiu aprovação da recuperação dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação enciou a necessidade da recuperação dos instrumentos da linha de instrumentos da Dívida Elegível a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 20).

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos da capital, a que foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deve se na forma de Notes emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2,6 bilhões, para integração no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oficina destes Notes foi realizada fora do Brasil e nos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulamento Único do ambiente do Securities Act, tendo sido totalmente integrada pelo Santander Espanha, acionista controladora do Banco Santander Brasil. Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compõem o Nível I e Nível II, ambos após 29 de junho de 2014, no valor total de US\$2,6 bilhões (Nota 20).

As emissões de janeiro de 2018 foram atuladas pelas Notes emitidas para comprar o Nível I: (a) Principal: US\$1.250 bilhões, (b) taxa de juro 7,250% a.a.; (c) seu prazo de vencimento (perpetuo); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: correntemente, a partir de 08 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para comprar o Nível I são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 8 de novembro de 2026; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: a cada quinquênio, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário do no mínimo US\$150 mil e múltiplos inteiros de US\$15 mil na que exceder ao valor mínimo, (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º quinquênio (aviso de rescisão) contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco, ou emissão de aviso de leilão na logística fiscal aplicável às Notes, ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2018, o Banco emitiu aprovação para que as Notes compreendam o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data, assim como a recuperação das Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014.

22. Outras Obrigações - Diversas

Banco **Consolidado**
31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016

Provisão Técnica para Operações de Capitalização		
Provisão Técnica para Operações de Previdência	-	
Obrigações com Cartões de Crédito	24.618.008	20.03.937
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.079.141	2.791.109
Obrigações com Cartões de Crédito e Operações Contingentes - Peixes Trabalhistas e Civis (Nota 23.b)	6.688.401	5.481.162
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.a)	201.411	312.379
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 23.c)	3.328.319	3.085.753
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.409	20.974
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Conglomerados (Nota 23.d)	518.081	616.904
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 23.i)	7.094	6.990
Provisão para Pagamentos a Fiduciários		
Despesas de Pessoal	1.830.923	1.650.756
Despesas Administrativas	300.409	300.409
Outras Provisões	61.307	58.096
Obrigações por Descontos a Liberar	966.676	954.444
Obrigações por Fazenda do Serviço de Pagamento Fornecedores	548.134	522.305
Outros ¹¹	546.702	379.137
Total	46.427.985	41.76.513
Circulantes	23.714.404	20.940.063
Longo Prazo	24.71.327	14.527.456

¹¹ Em 31 de dezembro de 2018, inclui os ativos descritos na nota 35, relativos à redução de valor presente das obrigações atuariais.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.

A classificação das operações de garantia prestadas para constituição de provisão é baseada na estimativa do risco envolvido. De sorte o processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um modelo de risco, que pode ser dividido em risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercadorias, risco de operações internas e de mercado (residual), regularmente identificado como predomínio de probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisão, tendo como referência a Resolução CMN 2.682/1999. Abaixo desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura da cada operação, considerando o tipo de garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN 4.512/2016.

Banco Consolidado
31/12/2018 31/12/2017

Tipo de Garante Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Saldo Garantias Prestadas
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	1.200.293	4.376
Vinculadas a Linhas de Leitos, Prestação de Serviços e Exploração de Outras	4.651.584	13.822
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.385.573	2.519
Vinculadas à Distribuição de Thulos e Valores Mobiliários por Ofer. Pública Avulsa ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	14.063.538	121.820
Outros Avulsos	48.059	928
Outras Fianças Bancárias	14.182.366	56.145
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.616.561	-
Total	36.499.274	201.411

¹² Em 31 de dezembro de 2018, inclui os ativos descritos na nota 35, relativos à redução de valor presente das obrigações atuariais.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.

A classificação das operações de garantia prestadas para constituição de provisão é baseada na estimativa do risco envolvido. De sorte o processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um modelo de risco, que pode ser dividido em risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercadorias, risco de operações internas e de mercado (residual), regularmente identificado como predomínio de probabilidade de default. Após essa avaliação,

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Movimentação de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Saldo Inicial ¹²	Constituição (Nota 31)	Reversão (Nota 31)	Saldo Final
Saldo Inicial ¹²	0,01 e 0,01	0,01 e 0,01	0,01 e 0,01	0,01 e 0,01
Constituição (Nota 31)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
Reversão (Nota 31)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
Saldo Final	20.406	18.307	19.407	19.407

¹² O valor da Adoção Inicial (a partir de 2017) - Resolução CMN 4.512 no valor de R\$205.957 líquido da alienação.

Indutores correspondentes a R\$179.276

Correspondentes a faturas honradas, mudança de rating ou provisão constada na linha de provisão para créditos de liquidação devolvida.

3. Provisões, Passivos Contingentes, Altros Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Outros Contingentes

No Banco não é consolidado, em 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidas contabilmente avarias contingentes (Nota 3).

b) Salários Previdenciários das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

Banco **Consolidado**
31/12/2018 31/12/2017

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Fiscais e Tributárias	3.240.115	2.241.047
Cíveis	5.451.152	7.231.458
Fiscais Tributárias e Civis	2.998.869	1.694.642
Total	8.700.007	4.072.505

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

Banco **Consolidado**
31/12/2018 31/12/2017

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Fiscais e Tributárias	3.457.982	2.532.127
Cíveis	7.086.310	2.046.310
Fiscais Tributárias e Civis	3.116.383	1.867.421
Total	10.644.312	4.578.437

d) Mudança no Escopo da Consolidação

Aquisição da Participação das Participações

Sociedades (Nota 15)

Outros¹³

Saldo Final

3.204.007

Depósitos em Garantia - Outros Créditos

Depósitos em

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.:

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS DE DIFERENÇAS FINANCEIRAS

Versões interiores da Nota 129

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$212.535 no Banco e R\$227.436 mil no Consolidado (31/12/2017 - R\$223.129 no Banco e R\$237.950 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem admissibilidade e publicamente alegam que, viajando inversamente, do pagamento de ISS sobre operações recorrentes decorrentes da contratação com usuários, não se classificam como prestador de serviços (Nota 23 - Reclassificação de Participações).

i) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à aposentadoria.

Para efeitos considerados comuns a semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisões de acordo com avaliação individualizada, sendo as provisões constitutivas das provisões de acordo com avaliação individualizada, sendo as provisões constitutivas das provisões de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda individual, pelos assessores jurídicos.

g) Previsões de Ações Judiciais e Administrativas de Natureza Civil

Estas provisões são de caráter de ação, com período de revisão de ações e condições contratuais ou práticas em apóios financeiros, incluindo aportes, alíadas de imobilizado, inclusive planos econômicos de governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações civis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisões de acordo com avaliação individualizada, sendo as provisões constitutivas das provisões de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda individual pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos e seguem:

Ações de Crédito Industrial - referentes à autorização por dano material (dano moral), referentes à relação de consumo (consumidor, principalmente, sobre questões envolvendo a cotação de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, tarifas e encargos e outros assuntos). Nas ações indiretas e causas consideradas semelhantes e usadas para execução, é feito cálculo das ações do Banco, a previsão é considerada com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisões de acordo com avaliação individualizada, sendo as provisões constitutivas das provisões de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda individual pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - relações e discussões judiciais que pleiteiam supostos erros e irregularidades decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Votorantim e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de fórmulas inflacionárias supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (DJD). As ações são provisões com base na avaliação individualizada de perda alegada pelos assessores jurídicos.

g) Previsões de Ações Judiciais e Administrativas de Natureza Civil

O Banco Santander e suas controladas têm ações, tanto em sua capacidade de controladora quanto de controlada, contra fornecedores de bens e serviços, alegadas por envolvimento de dívidas do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A contabilidade é realizada de forma semelhante para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de ações individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinado o prazo de losões recursais, com exceção dos processos que ainda não tenham sentença ou remissão em expedição definitiva. Existe jurisprudência no STF favorecendo aos Bancos com relação a fôrmas econômicas semelhante ao da prevenção, como no caso da correção do depósito a prazo (CDB) e das correções aplicadas aos contratos (tabu).

Contudo, na jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificam o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos a 5 anos a partir da data dos planos, não esse prazo ainda não era transitado em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram proposituras após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores prováveis. O STF, entretanto, não é o único que pode decidir se os planos devem ser julgados improcedentes, uma vez que os juízes das cidades podem julgar as ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contado do ato de alegado de responsabilidade.

As decisões referentes às ações de responsabilidade, que constavam em seu conteúdo de alegado de responsabilidade, foram contudo, julgadas improcedentes.

Em final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Banco e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a Frente Brasileira dos Povos (Frente), a Federação Brasileira dos Bancos (Fenabanc) firmaram acordos que buscam encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na carteira da data do plano. O valor total das pagamentos, dependendo da quantidade de ações, e também do número de poupanças que lhejam compreendendo em juiz e evasiva da conta e o saldo na data de universalização da alteração dos índices. O termo de acordo negocial entre as partes foi homologado pelo STF.

Em recente decisão proferida pelo STF, foi determinada a suspensão nacional de todos os processos que versam sobre a questão, por mais de umas das homologações de acordo.

A Administração considera que as provisões constitutivas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos e não é necessário o acordo antecipado.

h) Previsões Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Civis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e civil classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo portanto provisões.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$25.061 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

ISS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança da contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a estes processos totalizaram aproximadamente R\$3.554 milhões.

Impostos sobre Produtos Financeiros (ISS) - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativamente e judicialmente o imposto, por vários instrumentos, de pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2016, os valores com risco de perda possível relacionados a estes processos totalizaram aproximadamente R\$3.662 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas controladas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos deportantes de pagamento maior ou menor. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de aproximadamente R\$2.505 milhões.

Autorização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto da intenção contra o Banco para exigir os pagamentos do IRPJ e da CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período de 2005. As autoridades fiscais consideraram que havia irregularidades nas declarações do Banco Santander para fins fiscais. O auto de intenção foi expedido em 2015, o qual foi respondido, encerrado por parte do Banco a intenção de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de aproximadamente R\$1.377 milhões.

Pérola e Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de postos em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não abrangerem as exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2016, e valor relacionado à esta discussão é de aproximadamente R\$1.039 milhões.

Utilização de Prazo Fiscal e da Base Negativa da CSLL - Autos de Infração levados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações incorridas de prazo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de susseções fiscais levadas, em período anterior. Aguarda-se julgamento na vistoria administrativa. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$1.022 milhões.

Autoria de Impostos e Encargos Sociais - o Banco Santander teve autos de intenção para exigir os pagamentos do IRPJ e da CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à decisão fiscal da remoção do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas leilões e dimissões, que estão ainda pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de aproximadamente R\$615 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganhos de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de intenção contra o Santander Seguros (sucessora legal da ABIN AMRO Brasil Diretorações S.A. (AAB Diretorações) cobrando Imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pertence AAB Diretorações e deve ser tributado, uma aliquota de 34,0% acima de 15,0%. O lance já foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal dado na transação só está em conformidade com a legislação internacional e a ganação de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento no CARF, o qual é de grande relevância, uma vez que é resultado adivinado nesse processo que ex-contratado da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o valor relacionado a este processo era de aproximadamente R\$300 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$62 milhões no Consolidado, sendo os principais processos abaixo:

Gratificação Salarial e PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou anual, sempre que o Banco ingressar com o reajuste salarial do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banepa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banepa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com o recurso cabível no STF que posteriormente indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de colegiado. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seu pedido. A sentença deu a razão ao processo de Recurso Extraordinário do Banco, seguindo alegado para o julgamento no STF. O valor envolvido não é divulgado em razão da natureza da ação, que é de direito de ação de ação de direitos e ação de danos.

Reclamação das Complementaristas de Aposentadoria do Banepa pelo INPDPI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banepa, requerendo a reclassificação das aposentadorias pelo INPDPI para aposentados do Banepa que tinham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deu a razão, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banepa recorrem dessa decisão e embate os recursos ainda não tenham sido julgados. O índice da ação do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banepa.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível, consideradas como ações em outras ações ou já haviam algum tipo de resgate. O valor envolvido não é divulgado em razão da ação não processual do caso e de que o valor envolvido poderia alterar o andamento da ação.

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:

Ag. Indenização da Ofensa à Dignidade Humana - ação contra o Banco Santander e outras empresas controladoras, com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões no Consolidado. Os principais processos os seguintes:</



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 00.400.668/0001-42

Ações em Tesouraria no Início do Exercício

Número de Ações:

Aquisição de Ações

Abandono - Remuneração Básica em Ações

Ações em Tesouraria no Final do Exercício

Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais

Custo de Emissão em Milhões de Reais

Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais

Custo Mínimo

Custo Médio Ponderado

Custo Máximo

Cotação da Ação

¹⁷No AOE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Unis) mantidas em tesouraria em contrapartida à Reserva de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no final do registro da ações ordinárias naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração de caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas qualificações de ações ordinárias e preferenciais, normativas e seu valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no exercício final em 31 de dezembro de 2016, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma porção de R\$15.868 (2017 - perda de R\$2.493), registrada plenamente no patrimônio líquido.

(a) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados
O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados registrados no valor de R\$14.436 (2017 - R\$6.006). No exercício de 2016, foram registrados resultados não realizados no valor de R\$2.493 (2017 - R\$7.05).

(f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido	Resultado
	01/01/2018	01/01/2017
31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Banco ABC Brasil S.A. (Nota 15)	714.671.649.341 (122.617.011) (111.978.000)	
Old Cimbriano S.A. (Nota 15)	463.407.322.401 (186.927) (52.286)	
PNB Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	301.707.260.105 (22.221) (26.560)	
Citibank S.A. (Nota 15)	248.067.200.105 (14.625) (14.625)	
Banco PIBA (Nota 16)	155.269.147.295 (17.916) (19.968)	
FI Distrital Créditos PNB Brasil I (Nota 2)	63.454.268.792 (11.150) (43.761)	
Santander FLSA/C	62.595 - (4.141) -	
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	51.022 - (1.063) -	
Royce Entrepôrtos S.A.	7.015 - (166) -	
Rebco Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	1.155 - (1.150) -	
Santander Leasing (Nota 15)	417 395 (25) (47)	
BW Guarápá I S.A. (Notas 15 e 37.F)	- - 795 -	
Santander Corretores de Seguros (Nota 15)	- - (68.009) -	
Outros	- 597 - 155 -	
Total	2.069.926 1.096.092 (384.812) (393.834) -	

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entroum em vigor as regras de mensuração do capital regulamentadas pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de regras e circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária do Basileia. Essas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estableceram o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PFR), do Nível I e do Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PFR seja feita através de patrimônio líquido, divisões subordinadas e investimentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PFR em 2017 é de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital.

Considerando este adicional, o PFR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal passou para 5,75%.

Portanto a exigência de PFR permaneceu em 13,0%, incluindo 6,825% de Mínimo de Patrimônio de Capital.

Portanto a exigência de PFR permaneceu em 13,0%, incluindo 6,825% de Mínimo de Patrimônio de Capital.

Em conformidade a adesão das leis autorizadoras pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2016, entroum em vigor o Consolidação Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidação Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2018 31/12/2017 31/12/2016

Capital Principal	61.476.715	56.366.001
Capital Complementar (Nota 21)	56.581.516	52.195.993
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 21)	4.495.197	4.180.160
Patrimônio de Referência Nível I + II	4.100.602	4.249.447
Patrimônio de Crédito ¹⁸	66.363.900	40.636.448
Patrocínio ¹⁹	256.955.592	324.695.458
Pisco de Mercado ²⁰	39.231.773	25.857.109
Pisco Operacional	42.375.554	32.579.126
Total de RWA ²¹	440.962.919	363.132.903
Índice de Basileia Nível I	13,95	14,72
Índice de Basileia Capital Principal	12,84	13,62
Índice de Basileia Capital Prudencial	15,06	15,83

¹⁸ As exposições ao risco de crédito supõem as cálculos do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACAP) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores emitidas pelas reuniões da Circular Banco 3.174 e 20 de agosto de 2014 e Circular Banco 3.770 de 29 de outubro de 2015.

¹⁹ Inclui os pagamentos para as exposições da risca direta, as retenções de taxas, dos cupões da moeda estrangeira (RWA) e as taxas de juros para as exposições da risca direta sujeitas as retenções de taxas, dos cupões da moeda estrangeira (RWA) e as taxas de juros para as exposições da risca direta sujeitas a variação cambial (RWAvar) e parceladas para aquisição de caixa, medida estrangeira e operações sujetas a variação cambial (RWAvar).

²⁰ O Banco Santander divulga anualmente o Relatório do Controle de Riscos com informações relevantes a gestão de riscos, gestão de capital, RWA e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente do ecômetro com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, updateados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado no dia da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2016 aprovou, conforme recomendado pelo Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2016, no montante de R\$300.000, abrangendo a remuneração variável em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2016.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço do mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

01/01 a 31/12/2018 01/01 a 31/12/2017

Remuneração Fixa	92.193	65.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Otros ¹⁴	55.484	12.693
Total Benefícios da Curto Prazo	230.407	176.849
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.000	34.465
Total Benefícios de Longo Prazo	61.857	65.728
Total ¹⁵	292.264	241.298

No primeiro semestre de 2016, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar a liquidação antecipada de ações ordinárias, que era paga por liquidatário do Banco.

Deve-se ao montante reconhecido como despesa no exercício final em 31 de dezembro de 2016, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelas cargas que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício de 2016, foram recebidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$37.545 (2017 - R\$31.709).

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

01/01 a 31/12/2018 01/01 a 31/12/2017

Remuneração Fixa	92.193	65.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Otros ¹⁴	55.484	12.693
Total Benefícios da Curto Prazo	230.407	176.849
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.000	34.465
Total Benefícios de Longo Prazo	61.857	65.728
Total ¹⁵	292.264	241.298

No primeiro semestre de 2016, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar a liquidação antecipada de ações ordinárias, que era paga por liquidatário do Banco.

Deve-se ao montante reconhecido como despesa no exercício final em 31 de dezembro de 2016, pelo Banco

Santander e suas controladas aos seus Administradores pelas cargas que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações

são pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício de 2016, foram recebidos encargos sobre a remuneração da Administração no

montante de R\$37.545 (2017 - R\$31.709).

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

01/01 a 31/12/2018 01/01 a 31/12/2017

Remuneração Fixa	92.193	65.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Otros ¹⁴	55.484	12.693
Total Benefícios da Curto Prazo	230.407	176.849
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.000	34.465
Total Benefícios de Longo Prazo	61.857	65.728
Total ¹⁵	292.264	241.298

No primeiro semestre de 2016, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar a liquidação antecipada de ações ordinárias, que era paga por liquidatário do Banco.

Deve-se ao montante reconhecido como despesa no exercício final em 31 de dezembro de 2016, pelo Banco

Santander e suas controladas aos seus Administradores pelas cargas que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações

são pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício de 2016, foram recebidos encargos sobre a remuneração da Administração no

montante de R\$37.545 (2017 - R\$31.709).

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

01/01 a 31/12/2018 01/01 a 31/12/2017

Remuneração Fixa	92.193	65.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Otros ¹⁴	55.484	12.693
Total Benefícios da Curto Prazo	230.407	176.849
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.000	34.465
Total Benefícios de Longo Prazo	61.857	65.728
Total ¹⁵	292.264	241.298

No primeiro semestre de 2016, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar a liquidação antecipada de ações ordinárias, que era paga por liquidatário do Banco.

Deve-se ao montante reconhecido como despesa no exercício final em 31 de dezembro de 2016, pelo Banco

Santander e suas controladas aos seus Administradores pelas cargas que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações

são pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício de 2016, foram recebidos encargos sobre a remuneração da Administração no

montante de R\$37.545 (2017 - R\$31.709).

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

01/01 a 31/12/2018 01/01 a 31/12/2017

Remuneração Fixa	92.193	65.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Otros ¹⁴	55.484	12.693
Total Benefícios da Curto Prazo	230.407	176.849
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.000	34.465
Total Benefícios de Longo Prazo	61.857	65.728
Total ¹⁵	292.264	241.298

No primeiro semestre de 2016, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar a liquidação antecipada de ações ordinárias, que era paga por liquidatário do Banco.

Deve-se ao montante reconhecido como despesa no exercício final em 31 de dezembro de 2016, pelo Banco

Santander e suas controladas aos seus Administradores pelas cargas que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações

são pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício de 2016, foram recebidos encargos sobre a remuneração da Administração no

montante de R\$37.545 (2017 - R\$31.709).

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

01/01 a 31/12/2018 01/01 a 31/12/2017

Remuneração Fixa	92.193	65.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Otros ¹⁴	55.484	12.693
Total Benefícios da Curto Prazo	230.407	176.849
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.000	34.465
Total Benefícios		

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

ROTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA					
Valores e Receber de Sociedades Ligadas					
Santander Capitalização S.A. ¹³					
Aymoré CFI ¹⁴	9.307	10.314	256.033	Banco Santander Espanha ¹⁵	1.151.437
Santander C CVM ¹⁶	483.950	439.111	1.111	Banco Santander (México) S.A. ¹⁷	5.037
Santander Leasing ¹⁸	60.851	86.017	1.111	Banco Santander Totta, S.A. ¹⁹	7.860
Banco PCL Brasil S.A. ²⁰	-	-	2.083	Banco Santander Totta, S.A. ¹⁹	46.260
Santander Serviços de ²¹	20.384	-	20.509	Aptaséries Interfinanceiras de Liquidez	8.583.716
Santander Seguros do Brasil S.A. ²²	-	-	4.134	Banco Santander Espanha ¹¹⁸	130.000
Santander Brasil Corridora ²³	225	14.297	131	Instrumentos Financeiros Derivativos - Liquido	6.503.716
Santander Corretora de Seguros ²⁴	33.762	10.708	1.111	Abbey National Treasury ¹⁹	(182.830)
Gebet S.A. ²⁵	6.111	86.246	1.431.004	Fundo de Investimento Santista ²⁶	266.027
Diversos	3.353	17.661	1.497	Abey National Treasury ¹⁹	(17.725)
Outros Créditos - Diversos	7.756	184.087	10.444	Banco Santander Espanha ¹⁵	(449.860)
Banco Santander Espanha ²⁷	7.159	6.972	5.243	Pessoal Chave de Administração	(333.665)
Santander Capitalização S.A. ²⁸	30.332	305.321	4.742	Operações de Crédito	1.142
Banco Santander International ²⁹	-	-	20.480	Créditos ³⁰	3.216
Santander Seguros Serviços Brasil DTVM S.A. ³¹	-	-	27.331	Pessoal Chave da Administração	319
Pessoal Chave de Administração	3.118	-	1.285	Habermas S.A. ³²	181.740
Diversos	7.147	9.711	459	Habermas S.A. ³²	20.313
Depósitos	(8.666.643)	(716.116)	(29.992.477)	Banco Santander Espanha ¹⁵	104.480
Santander Leasing ³³	(185.539)	(118.625)	(22.084.813)	Instrumentos Financeiros Derivativos - Liquido	10.156
Banco Santander Espanha ³⁴	(77.919)	(7.051)	(197.814)	Abbey National Treasury ¹⁹	87.260
Aymoré CFI ³⁵	(3.504.106)	(356.988)	(10.450.522)	Fundo de Investimento Santista ²⁶	376.495
Banco Bandeir ³⁶	-	-	(56.465)	Abey National Treasury ¹⁹	(166.648)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ³⁷	(234.249)	-	(55.935)	Banco Santander Espanha ¹⁵	376.045
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ³⁸	(36.599)	-	(2.760)	Banco Santander Espanha ¹⁵	726
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ³⁹	(190.674)	(8.329)	(32.334)	Certifica de Cambio - Liquido	531.309
Diversos	(99)	(449)	(14.774)	Abey National Treasury ¹⁹	551.309
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Assets) ⁴⁰	(18.839)	(1.101)	(16.766)	Banco Santander Espanha ¹⁵	423
Wingard S.A. ⁴¹	(1.509)	(92)	(9.798)	Banco Santander Espanha ¹⁵	-
Centro de Inovação Santista ⁴²	(1.161.399)	(102.349)	(1.543.752)	Pessoal Chave da Administração	239
Iban Brasil S.A. ⁴³	-	-	(9.899)	Diretorias e Participações e Recober	14.548
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação de Produtos Serviços de Informática S.A.) ⁴⁴	(75.898)	(484)	(34.410)	Webmotos S.A. ⁴⁵	9.045
Banco PCL Brasil S.A. ⁴⁵	(36.871)	(5.671)	(47.423)	Rendas a Receber	915.726
Santander Microfotófica	-	-	(3.026)	Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ³⁷	2.767.872
Santander Corretora de Seguros ⁴⁶	(16.229)	(4.770)	(10.848)	Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ³⁸	925.805
Santander Securities Serviços Brasil DTVM S.A. ⁴⁷	(427.399)	(26.378)	(100.078)	Banco Santander Espanha ¹⁵	2.485.403
Santander Brasil Construções ⁴⁸	(1.778)	(1.132)	(72.274)	Abey National Treasury ¹⁹	913.875
Santander FI Hedge Strateg ⁴⁹ (Nota 2)	(1.769.627)	(58.185)	(2.051.476)	Valeores a Receber de Sociedades Ligadas	2.485.403
Santander Capitalização S.A. ⁵⁰	(5.434)	-	(2.801)	Iberi Medicis, S.A. de C.V. ⁵¹	45.851
Santander CCMV ⁵²	-	-	(1.200)	Santander Global Technology, S.L. SOC	1.432
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁵³	(56.966)	(4.442)	(7.947)	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁴⁷	122
superior Pagamentos ⁵⁴	(71.501)	(2.528)	(9.570)	Santander Global Technology, S.L. SOC	192
Santander Holding Imobiliária S.A. ⁵⁵	(229)	(1)	(43)	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁴⁷	927
Santander Brasil Advisory ⁵⁶	-	-	(1.807)	Diversos	2.558
Gebel S.A. ⁵⁷	(1.729.078)	-	(52.889)	Abey National Treasury ¹⁹	191
Pessoal Chave da Administração	(37.673)	(2.142)	(1.101)	Outros Créditos - Diversos	1.236
Diversos	(219.322)	(7.192)	(47.578)	Banco Santander Espanha ¹⁵	41.637
Operações Compromissadas	(6.131.434)	(888.911)	(112.914.730)	Abey National Treasury ¹⁹	5.323
Fundo de Investimento Santista ⁵⁸	-	-	(1.322.206)	Banco Santander Espanha ¹⁵	(190)
Gebel S.A. ⁵⁹	-	-	(1.007)	Pessoal Chave da Administração	1.497
Santander FI Amazonas ⁶⁰	(204.422)	(12.612)	(326.248)	Diversos	4.621
Santander FI Finanças ⁶¹	(500.000)	(375.795)	(10.815.781)	Depósitos	2.009
Santander Leasing ⁶²	(1.309.319)	(437.987)	(196.129)	Banco Santander Espanha ¹⁵	(2.394.967)
Banco Bandeir ⁶³	(64.241)	(5.585)	(61.405)	Banco Santander Espanha ¹⁵	(107.094)
Ótis Consignado ⁶⁴	(7.550)	(304)	(13.301)	Fundo de Investimento Santista ²⁶	(7.051)
Santander C CVM ⁶⁵	(41.740)	(1.546)	(17.104)	Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ³⁷	(234.461)
Santander FI SBAC ⁶⁶	(2.131.912)	(91.193)	(725.427)	Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ³⁸	(36.599)
Santander FI Guanajuato ⁶⁷	(249.538)	(12.113)	(60.947)	Iberi Brasil S.A. ⁶⁸	-
Santander FI Diamantina ⁶⁸	(4.600)	(2.955)	(59.635)	Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação de Produtos Serviços de Informática S.A.) ⁴⁴	-
Santander Fintech Arrendamento Mercantil ⁶⁹	(301.559)	(20.752)	(104.819)	Santander Brasil Capitalização S.A. ¹³	-
Santander FI Unicredit ⁷⁰	(324.715)	(19.645)	(306.381)	Santander Brasil Capitalização S.A. ¹³	-
Inteligy Tecnologia	-	-	(2.461)	Operações Comprimissadas	(638)
Pessoal Chave da Administração	(836)	(129)	(1.069)	Pessoal Chave da Administração	(797)
Diversos	-	-	(349)	Recursos de Acertos e Emissão de Itaúlos	(530)
Recursos de Acetes e Emissão de Títulos	(96.132)	(8.437)	(729)	Pessoal Chave da Administração	(106.339)
Super Pagamentos	-	-	(729)	Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.437)
Pessoal Chave da Administração	(94.133)	(8.437)	(1.374)	Banco Santander Espanha ¹⁵	(16.220)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.069.845)	-	(1.200.775)	Banco Santander Espanha ¹⁵	(189.056)
Banco Santander Espanha ¹⁵	-	-	(1.877)	Banco Santander Espanha ¹⁵	(187.493)
Banco Santander S.A. (Uruguai) ⁷¹	(905)	(43.505)	(15.687)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(1.466)
Banco Santander S.A. (Uruguai) ⁷²	-	-	(1.200)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander Arrendamento Mercantil ⁷³	(301.559)	(20.752)	(104.819)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander FI Unicredit ⁷⁴	(324.715)	(19.645)	(306.381)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Inteligy Tecnologia	-	-	(3)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Pessoal Chave da Administração	(836)	(129)	(1.069)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Diversos	-	-	(349)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Recursos de Acetes e Emissão de Títulos	(96.132)	(8.437)	(729)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Super Pagamentos	-	-	(729)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Pessoal Chave da Administração	(94.133)	(8.437)	(1.374)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.069.845)	-	(1.200.775)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander Espanha ¹⁵	-	-	(1.877)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander S.A. (Uruguai) ⁷⁵	(905)	(43.505)	(15.687)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander S.A. (Uruguai) ⁷⁶	-	-	(1.200)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil Capitalização S.A. ⁷⁷	(5.002)	(340.912)	(215.722)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Igenieria ⁷⁸	-	-	(1.456)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Microfotófica ⁷⁹	(259.220)	(437.987)	(196.129)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander EFC ⁸⁰	(1.730.625)	(1.110.916)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Dividendo e Bonificações a Pagar	(9.228.017)	(3.099.952)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander Espanha ¹⁵	(509.159)	(520.264)	(520.264)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Starrebeck B V ⁸¹	(2.071.051)	(2.103.086)	(2.103.086)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
GES ⁸²	(1.242.259)	(1.284.470)	(1.284.470)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A.	(1.112)	-	(1.112)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A. ⁸³	(4.432)	-	(4.432)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(33.180)	(626.591)	(11.171)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Produtos Serviços Informáticos	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Centsoft, S.L. (Produtos Serviços Informáticos)	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil S.A. ⁸⁴	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação de Produtos Serviços de Informática S.A.) ⁴⁴	(5.002)	(340.912)	(215.722)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Igenieria ⁸⁵	-	-	(1.456)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Microfotófica ⁸⁶	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander EFC ⁸⁷	(1.730.625)	(1.110.916)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Dividendo e Bonificações a Pagar	(9.228.017)	(3.099.952)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander Espanha ¹⁵	(509.159)	(520.264)	(520.264)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Starrebeck B V ⁸¹	(2.071.051)	(2.103.086)	(2.103.086)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
GES ⁸²	(1.242.259)	(1.284.470)	(1.284.470)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A.	(1.112)	-	(1.112)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A. ⁸³	(4.432)	-	(4.432)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(33.180)	(626.591)	(11.171)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Produtos Serviços Informáticos	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil S.A. ⁸⁴	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação de Produtos Serviços de Informática S.A.) ⁴⁴	(5.002)	(340.912)	(215.722)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Igenieria ⁸⁵	-	-	(1.456)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Microfotófica ⁸⁶	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander EFC ⁸⁷	(1.730.625)	(1.110.916)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Dividendo e Bonificações a Pagar	(9.228.017)	(3.099.952)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander Espanha ¹⁵	(509.159)	(520.264)	(520.264)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Starrebeck B V ⁸¹	(2.071.051)	(2.103.086)	(2.103.086)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
GES ⁸²	(1.242.259)	(1.284.470)	(1.284.470)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A.	(1.112)	-	(1.112)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A. ⁸³	(4.432)	-	(4.432)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(33.180)	(626.591)	(11.171)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Produtos Serviços Informáticos	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil S.A. ⁸⁴	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação de Produtos Serviços de Informática S.A.) ⁴⁴	(5.002)	(340.912)	(215.722)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Igenieria ⁸⁵	-	-	(1.456)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Microfotófica ⁸⁶	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander EFC ⁸⁷	(1.730.625)	(1.110.916)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Dividendo e Bonificações a Pagar	(9.228.017)	(3.099.952)	(1.110.916)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Santander Espanha ¹⁵	(509.159)	(520.264)	(520.264)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Starrebeck B V ⁸¹	(2.071.051)	(2.103.086)	(2.103.086)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
GES ⁸²	(1.242.259)	(1.284.470)	(1.284.470)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A.	(1.112)	-	(1.112)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Banco Madrius - Sociedade Unipessoal, S.A. ⁸³	(4.432)	-	(4.432)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(33.180)	(626.591)	(11.171)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Produtos Serviços Informáticos	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil S.A. ⁸⁴	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação de Produtos Serviços de Informática S.A.) ⁴⁴	(5.002)	(340.912)	(215.722)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Igenieria ⁸⁵	-	-	(1.456)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander Microfotófica ⁸⁶	-	-	(1.111)	Dividendos a Bonificações a Pagar	(2.928)
Santander EFC ⁸⁷	(1.730.625)</td				



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 93.403.888/0001-42

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual do ativos totais do plano são as seguintes:

Instrumentos de Patrimônio

Instrumentos de Divida

Bens Imóveis

Outros

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Apojantador/a	9,1%	9,9%
Saúda	9,5%	9,7%
Apresentador/a	9,1%	9,3%
Saldo dos Planos em	1.962.258	1.970.220,2

Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial

Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício

Seguirão

Taxa Estimativa de Inflação no Longo Prazo

Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários

Tábua Biométrica da Mortalidade Geral

e) Análise de Sensibilidade

Os projeitos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica leva os seguintes efeitos:

	31/12/2018	31/12/2017
(+/-) 1,0%	(+/-) 1,0%	(+/-) 1,0%

Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais

Efeto sobre o Valor Presente das Obrigações

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva de Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a experiência e competência. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargo na Diretoria Executiva.

1) Programa Local

O período de validade do plano de incentivo Longo Prazo - SDR 2013 encerrou em 30/6/2018 e o plano esteve aberto para exercício das opções até 30 de junho de 2018, conforme aprovado em AGE de 29 de outubro de 2013. Em 2018, permaneceu em aberto o plano para o segmento Private Banking denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo Private Ultra High, lançado no segundo semestre de 2017.

g) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SDR 2013: foi um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreendeu entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2019. A quantidade do Units a serem exercitados pelos participantes é determinada de acordo com o resultado da atuação de um parâmetro de desempenho do Banco: Retorno Total do Ativo de Ações (RTA) e ajustada pelo indicador Relativo sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RofWA).

Comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 60,4%.

h) 1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a elaboração do plano de Programa Local foram realizadas simulações por uma consórcio independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no término de cada período.

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

Posição RTA	% de Ações Possíveis de Exercício
1º	100%
2º	75%
3º	50%

i) O percentual do egóis determinado na posição RTA está sujeito a um regulor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RofWA).

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	Preço de Fechamento
Valetozado	R\$62,90
Taxa de Dividendos	40,00%
Período de Mês	3,00%
Momento "Médio" de Exercício	3 Anos
Taxa Ultra de Risco	5 Anos
Probabilidade de Ocorrência	11,80%
Valor Justo para Ações	R\$59,88
O preço médio das ações do Banco SANB 11 (ações do Banco na B3 S.A.) em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$36,25 (31/12/2017 - R\$26,47).	

Nos exercícios de 2016 e 2017, não foram registradas despesas "por reais" dia, referentes ao plano de Opção de Compra do Certificado do Depósito da Ações - Units (SDP).
Quantidade de Preço de Fechamento do Dia de Emissor do Grupo de Data do Início da Concessão Funcionários do Exercício

Quantidade de Preço de Fechamento do Dia de Emissor do Grupo de Data do Início da Concessão Funcionários do Exercício
1.962.258
12,64
2013
30/09/2016
30/09/2016

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

Opções Exercidas (SDP 2013) (689.247)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

Opções Exercidas (SDP 2013) (792.169)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(384.842)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018

(811.107)

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42
NOME EMPRESARIAL BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Balancetes Diários e Balanços	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2018 a 31/01/2018
NATUREZA DO LIVRO BALANCETE DIARIO	NÚMERO DO LIVRO 00507
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 39.E7.D1.F9.3C.B7.B9.7C.FA.FF.C4.3F.79.D8.48.1C.89.45.E9.A2	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A:90400888000142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim
PROCURADOR	73507512734	AMANCIOS ACURIO GOUVEIA:73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI:33007980866 0	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

39.E7.D1.F9.3C.B7.B9.7C.FA.FF.C4.3F
.79.D8.48.1C.89.45.E9.A2-9

Escrivaturação recebida via Internet

pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 07:14:20

5B.27.12.2D.A3.50.84.2C
E9.8B.E5.68 E8.CB.58.54

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/01/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00507



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 507

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 112735

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

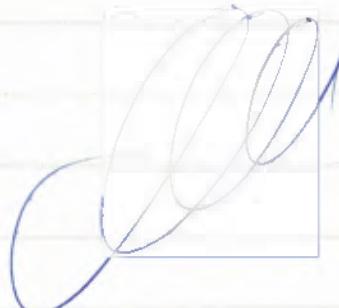
Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 507

Quantidade total de linhas do arquivo digital 112735

Data de inicio 01/01/2018

Data de término 31/01/2018



802
C

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 39.E7.D1.F9.3C.B7.B9.7C.FA.FF.C4.3F.79.D8.48.1C.89.45.E9.A2-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42
---------------------	----------------------------

NOME EMPRESARIAL
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/02/2018 a 28/02/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
BALANCETE DIARIO	00505
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
46.2E.8A.C4.2D.3E.20.48.AF.FB.3A.76.23.6A.F4.A3.9B.86.A4.9E	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A 90400888000142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim
PROCURADOR	73507512734	AMANCIO ACURCIO GOUVEIA:73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI:33007980860	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

46.2E.8A.C4.2D.3E.20.48.AF.FB.3A.76.
23.6A.F4.A3.9B.86.A4.9E-7

Escruturação recebida via Internet

pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 07:22:42

23.8E.9F.EE.09.63.27.4A
86.77.65.49.DD.7C.8A.51

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/02/2018 a 28/02/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00508



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 508

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 106564

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 508

Quantidade total de linhas do arquivo digital 106564

Data de início 01/02/2018

Data de término 28/02/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 46.2E.8A.C4.2D.3E.20.48.AF.FB.3A.76.23.6A.F4.A3.9B.86.A4.9E-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42	
NOME EMPRESARIAL BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livre Balancetes Diários e Balancos	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/03/2018 a 31/03/2018
NATUREZA DO LIVRO BALANCETE DIARIO	NÚMERO DO LIVRO 00509
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
30.B9.EA.06.D3.37.0E.60.93.57.70.1B.4A.09.93.5F.D3.2D.02.AE	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PROCURADOR	73507512734	AMANCIO ACURCIO GOUVEIA;73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI;33007980860	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A:90400888000142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

30.B9.EA.06.D3.37.0E.60.93.57.70.1B.4
A.09.93.5F.D3.2D.02.AE-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 07:26:21

31.33.DB.0A.4E.97.4C.6E
94.FD.A8.40.02.BF.3E.C2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/03/2018 a 31/03/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00509



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 509

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 117386

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 509

Quantidade total de linhas do arquivo digital 117386

Data de inicio 01/03/2018

Data de término 31/03/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 30.B9.EA.06.D3.37.0E.60.93.57.70.1B.4A.09.93.5F.D3.2D.02.AE-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42	
NOME EMPRESARIAL BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Balancetes Diários e Balanços	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/04/2018 a 31/05/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO 00511
BALANCETE DIARIO	
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
CB.B9.9A.25.A9.59.74.9F.39.38.06.E4.29.9F.45.D5.B8.9D.2D.D2	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A:90400888000142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim
PROCURADOR	73507512734	AMANCIO ACURCIO GOUVEIA:73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI:33007980860	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

CB.B9.9A.25.A9.59.74.9F.39.38.06.E4.
29.9F.45.D5.B8.9D.2D.D2-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 07:31:47

3E.72.F6.42.F0.CA.97.36
EE.F0.51.35.60.A7.40.AF

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/04/2018 a 31/05/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00511



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 511

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 200872

J

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 511

Quantidade total de linhas do arquivo digital 200872

Data de inicio 01/04/2018

Data de término 31/05/2018

b2

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CB.B9.9A.25.A9.59.74.9F.39.38.06.E4.29.9F.45.D5.B8.9D.2D.D2-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42	
NOME EMPRESARIAL BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/06/2018 a 31/07/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
BALANCETE DIARIO	00613
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
2D.63.7B.0E.5B.A6.12.AD.3E.6C.43.C0.52.2E.7B.F3.F5.FF 7B 1B	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A:90400888000142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim
PROCURADOR	73507512734	AMANCIO ACURCIO GOUVEIA:73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI:3300798086 0	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

2D.63.7B.0E.5B.A6.12.AD.3E.6C.43.C0
.52.2E.7B.F3.F5.FF.7B.1B-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 08:19:53

0D.A8.82.46.10.BF.B1.56
C9.1A.5B.18.74.03.03.5C

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/06/2018 a 31/07/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00513



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 513

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 209199

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 513

Quantidade total de linhas do arquivo digital 209199

Data de inicio 01/06/2018

Data de término 31/07/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.63.7B.0E.5B.A6.12.AD.3E.6C.43.C0.52.2E.7B.F3.F5.FF.7B.1B-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42	
NOME EMPRESARIAL BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Balancetes Diários e Balanços	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/08/2018 a 31/08/2018
NATUREZA DO LIVRO BALANCETE DIARIO	NÚMERO DO LIVRO 00514
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
90.DD.D3.2A.B7.3E.15.5F.1A.F4.02.BB.F6.5C.88.8D.34.75.B0.24	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A:90400888000142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim
PROCURADOR	73507512734	AMANCIO ACURCIO GOUVEIA:73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI:3300798086 0	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

90.DD.D3.2A.B7.3E.15.5F.1A.F4.02.BB.
F6.5C.88.8D.34.75.B0.24-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 07:32:58

B2.FA.70.90.E5.40.69.6D
A0.9A.FD.46.5D.AB.E1.B3

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/08/2018 a 31/08/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00514



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 514

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 123784

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 514

Quantidade total de linhas do arquivo digital 123784

Data de inicio 01/08/2018

Data de término 31/08/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.DD.D3.2A.B7.3E.15.5F.1A.F4.02.BB.F6.5C.88.8D.34.75.B0.24-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300332067	CNPJ 90.400.888/0001-42
NOME EMPRESARIAL BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/09/2018 a 31/12/2018
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
BALANÇETE DIÁRIO	00518
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	<i>00000</i>
B2.F7.26.ED.56.72.4C.17.91.69.3B.E3.A7.5D.1F.FD.5A.B7.0B.37	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
SIGNATARIO DA ECD COM E-CNPJ OU E-PJ	90400888000142	BANCO SANTANDER BRASIL S A:9040088800142	397973081539385160 6	20/05/2017 a 19/05/2020	Sim
PROCURADOR	73507512734	AMANCIO ACURCIO GOUVEIA:73507512734	384292854310146125 9	29/12/2016 a 16/12/2019	Não
CONTADOR	33007980860	LEONARDO SANTICOLI:33007980866 0	201576281545977275 9	10/10/2018 a 09/10/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

B2.F7.26.ED.56.72.4C.17.91.69.3B.E3.
A7.5D.1F.FD.5A.B7.0B.37-7

Escrivaturação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 08:37:00

4A.7E.D3.2E.CE.1D.EB.27
31.B6.D0.BE.42.54.EB.A3

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trala o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Período da Escrituração: 01/09/2018 a 31/12/2018

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Número de Ordem do Livro: 00518



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NIRE 35300332067

CNPJ 90.400.888/0001-42

Número de Ordem 518

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/08/1985

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2018

Quantidade total de linhas do arquivo digital 373527

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Natureza do Livro BALANCETE DIARIO

Número de ordem 518

Quantidade total de linhas do arquivo digital 373527

Data de inicio 01/09/2018

Data de término 31/12/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B2.7F.26.ED.56.72.4C.17.91.69.3B.E3.A7.5D.1F.FD.5A.B7.0B.37-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



c) A licitante deverá demonstrar boa situação financeira, mediante apresentação de declaração de que o seu índice de Adequação de Capital (Índice de Basileia) é de, no mínimo, 11% (onze por cento) calculado na conformidade das regras estabelecidas pela Resolução nº 2.606 de 27 de maio de 1999 do Banco Central do Brasil e demais legislações vigentes, de acordo com a fórmula abaixo, preferencialmente, com memória de cálculo.

IB = Índice de Basileia ou Índice de Adequação de Capital

PR = Patrimônio de Referência

PRE = Patrimônio de Referência Exigido

Fator F = 0,11

$$IB = \frac{PR \times 100}{(PRE / Fator F)}$$

A relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN nº 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC nº 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

c.1) A instituição poderá apresentar a cópia do último DLO -Demonstrativo de Limites Operacionais, enviado ao Banco Central do Brasil, nos termos da legislação vigente, para demonstrar o IB –Índice de Basileia;



8



X

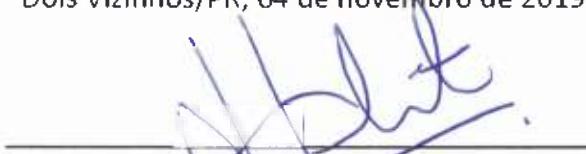




DECLARAÇÃO

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, instituição financeira com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2041 e 2235 – Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04543-011, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto do Edital de Concorrência nº 009/2019, da PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS - PR, que seu índice de Basiléia é de 16,19% conforme memória de cálculo elaborado e assinado pelo seu contador em anexo.

Dois Vizinhos/PR, 04 de novembro de 2019


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Thalita Pimentel Martins Fogiato

Gerente Comercial de Governos & Instituições

RG nº 96366949 SSP/ SP

CPF/MF nº 063.237.379-22

90.400.888/0001-42

BANCO SANTANDER (BRASIL) SA

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235
Bloco A - Vila Olímpia
CEP: 04543-011

SÃO PAULO - SP

GD

W

CR



Santander

DECLARAÇÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO – ÍNDICE DE BASILÉIA

Eu, Leonardo Santicioli, contador devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) sob n.º 1 SP 265213/O-3, casado, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 35.315.057-5 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 330.079.808-60, com domicílio na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041 e 2235 – Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, de acordo com os índices usualmente utilizados para demonstrar a situação econômico-financeira das Instituições Financeiras, com base nas demonstrações financeiras de 30 junho de 2019, publicadas em 24 de julho de 2019, DECLARO que para os fins da presente licitação o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** apresenta boa situação financeira comprovada através do índice de Basiléia que mede a solvência dos bancos. Segue abaixo a memória de Cálculo do Índice de Basiléia do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** em 30 de junho 2019 (valores em R\$ Mil):

$IB=PR \times 100 / (PRE/fator F)$ onde:

IB= Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital; **PR**= Patrimônio de Referência; **PRE**= Patrimônio de Referência Exigido; **Fator F**= 0,08. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN nº 4193/2013 e demais normas aplicáveis.

$IB=PR \times 100 / (PRE/fator F)$

$IB=72.382.615 \times 100 / (36.430.406 / 0,08)$

$IB=7.238.261.500 / 447.131.451$

$IB = 16,19\%$

São Paulo/SP, 09 de outubro de 2019.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Leonardo Santicioli

Contador

CRC 1 SP 265213/O-3

90.400.888/0001-42

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Rua Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235
Bloco A - Vila Olímpia
CEP: 04543-011

SÃO PAULO - SP

9º TABELIÃO DE NOTAS

Reconheço a firma com valor econômico por semelhança
de LEONARDO SANTICIOLI, do que dou fé.

Em testemunha verdadeira:
RAFAEL KECK PRUDENTE
São Paulo - Capital, 10 de outubro de 2019. Valor recebido R\$ 9,50
Estou de acordo com o ato de autenticação. Selos pegos por verba*

Rua Marconi, 124 - 1º ou 6º andar - CEP 01047-000 - São Paulo
Telefone: (11) 3258-3611 | Fax: (11) 2174-6050
www.tabelionato9.com.br



9º TABELIÃO DE NOTAS - SP

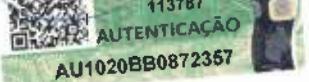
Rua Roberto Fernandes - 124 - Fone: 3257-6677
AUTENTICO a presente cópia reproduzidas conforme o original e não apresentado na justa reprodução. São Paulo

S.P. 25 OUT. 2019

Marco Arcuri dos Santos - Daniel Inácio

Rafael Keck Prudente - Procurador da Justica - Tabelião de Notas

SELOS RECOLHIDOS POR VERBA AUTENTICAÇÃO R\$ 3,00





8.1.4. Qualificação Técnica:

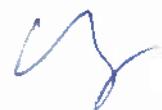
- a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da **licitante-licitante**, que comprove(m) que o licitante executa ou executou serviços de gerenciamento e processamento de folha de pagamento, com o quantitativo mínimo de 900 funcionários.



2



62.





**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

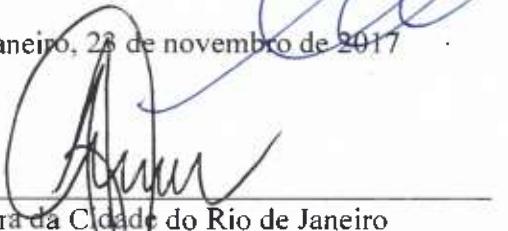
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, CNPJ nº 42.498.733/0001-48, estabelecid(a) Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ - Cep.: 20211-110, de acordo com o requerido pela empresa **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, atesta para fins de apresentação em Órgãos Públicos e em Licitações, que a requerente presta Serviços Bancários para esta Prefeitura, conforme o CONTRATO nº 094/2006-SMF, com início em 27/07/2006 e vigência inicial de 60 (meses) meses, cujo serviço está descrito abaixo:

→ Gerenciamento e processamento da Folha de Pagamento de 196.230 (cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta) servidores ativos, inativos e pensionistas, cujo valor da administração bruto mensal é de R\$ 956.312.818,75 (novecentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos);

Desta forma, a empresa **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** cumpre satisfatoriamente com o contrato, atendendo às exigências quanto à qualidade dos serviços prestados, demonstrando estar tecnicamente capacitada, não existindo até a presente data motivo que a desabone.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2017


Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Serviços Compartilhados
Coordenadoria Especial de Recursos Humanos
Anderson Ferraz Carneiro
Coordenador Especial de Recursos Humanos
Matrícula: 11/226.685-6
anderson.carneiro@sma.rio.rj.gov.br

9. OTABELIÃO DE NOTAS - SP
Páulo Roberto Fernandes - Tabellão
Rua Marconi, 124 - Fone: 3257-6677
AUTENTICO: a presente é a representação conforme o original e não apresento na parte reproduzida. Lou Fá

S.R. 28 OUT. 2019

Marcelo Campos dos Santos - Daniel Ignácio
Rafael Keck Prudente - Ronan Marques da Silva
SELOS RECONHECIDOS POR VERBA RECEBIDA R\$ 3,60





PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

*A Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, C.N.P.J. 55.021.455/0001-85. De acordo com o requerido pela empresa **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, C.N.P.J. nº 90.400.888/0001-42, atesta para fins de participação em Licitações e apresentação em Órgãos Públicos, que a requerente mantém dentro das instalações desta Prefeitura Posto de Atendimento Bancário e Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (Caixa Eletrônico), conforme Contrato nº 53/2011, referente ao Processo nº 2.984/2011 com início em 01/04/2011 e vigência de 60 (sessenta) meses – dentre os serviços destacamos:*

* Processamento e Pagamento da Folha de Pagamento de 2.762 (Dois Mil, Setecentos e Sessenta e Dois) servidores municipais, cujo valor da administração mensal é de R\$ 5.580.266,77 (Cinco Milhões, Quinhentos e Oitenta Mil, Duzentos e Sessenta e Seis Reais e Setenta e Sete Centavos).

Desta forma, a empresa BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A cumpre satisfatoriamente com o Contrato, atendendo às exigências quanto à qualidade dos serviços prestados, demonstrando estar tecnicamente capacitada, não existindo até a presente data em nossos arquivos algo que a desabone.

Poá, 11 de novembro de 2017.

Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá

*Greg Lassia Dias dos Santos
Secretário da Administração*

9 OTABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3265-3712
AUTENTICO: A presente cédula reprodutiva conforma o original e não dispensado na parte reproduzida. Dou PA

S.R 22 OUT. 2018

A rectangular notary seal featuring a green background with a faint map of Brazil. The text "REGISTRO PÚBLICO DE TITULOS E VALORES" is at the top, followed by "NOTARIA" in large letters, and "ESTADO FEDERATIVO DA BAHIA" at the bottom. A red circular stamp in the center contains the text "VERBIS RECIBIDOS" and "R\$ 3,50". Below the seal is a green rectangular label with the word "AUTENTICO" in large letters and a serial number "BA0993731".



Prefeitura de
Mogi das Cruzes



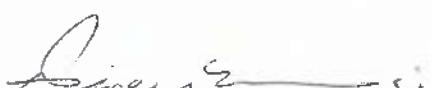
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Prefeitura de Mogi das Cruzes** CNPJ nº 46.523.270/0001-88, de acordo com o requerido pela empresa **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, atesta para fins de apresentação em Órgãos Públicos e em Licitações, que a requerente presta Serviços Bancários para esta Prefeitura, conforme CONTRATO nº 58/2009 referente ao processo nº 32.270/09 com início em 25/08/2009 e vigência de 60 (Sessenta) meses - dentre os serviços destacamos:

→ Processamento e pagamento da Folha de Pagamento de 4.896 (Quatro mil e oitocentos e noventa e seis) servidores municipais, cujo valor da administração mensal é de R\$ 11.504.829,00 (Onze milhões, quinhentos e quatro mil e oitocentos e vinte e nove Reais);

Desta forma, a empresa BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A cumpre satisfatoriamente com o contrato, atendendo às exigências quanto à qualidade dos serviços prestados, demonstrando estar tecnicamente capacitada, não existindo até a presente data em nossos arquivos algo que a desabone.

Mogi das Cruzes, 16 de Julho de 2012.


Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes
Paulo Vicentino

CPF 844.273.888-68

Cargo do responsável: Coordenador de Gestão de Recursos Humanos

Telefone: (11) 4798-5000

E-mail: pvu@uol.com.br




Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes
Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277 - Centro Cívico - CEP 08780-900 Telefone (11) 4798-5000

Marcelo Campos dos Santos - Daniel Ignácio
Rafael Kock Prudente - Ramon Marques da Silva

RECOLHIDOS POR VERBA RECEBIDA R\$ 3.60



- b) Comprovação do Cadastro junto a Instituição Financeira Central do Brasil (UNICAD);
- c) Documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A large, fluid handwritten signature in blue ink, oriented diagonally from bottom-left to top-right.

A small, simple handwritten mark or initial, possibly 'R' or 'F'.

Handwritten initials 'SG' in blue ink, with a wavy line drawn through them.

A small handwritten mark or initial, possibly 'F' or 'R'.

A small handwritten mark or initial, possibly 'W' or 'F'.



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (CNPJ 90.400.888/0001-42) encontra-se autorizado por esta Autorquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
 - Carteira Comercial
 - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
 - Carteira de Crédito Imobiliário
 - Carteira de Investimento
 - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
 - Mercado de Câmbio
 - Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 11:17:43 do dia 18/10/2019, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: eu978btRuzxG9MvnjEbK

Certidão emitida gratuitamente.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Doorf)
 Divisão de Gestão, Planejamento e Logística (Digep)
 SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício Sede - 1º Andar
 70074-900 Brasília - DF
 E-mail: digep.doorf@bcb.gov.br

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS HOMERO SANTI - TABELIÃO AT. Santos, 1470

Autentico a presente cópia, por mim materializada,
 sendo o original em formato digital, obtido através do
 endereço eletrônico e código de confirmação contidos
 no presente documento, comprovando sua
 autenticidade

São Paulo, 23 de Outubro de 2019, às 09:00:30-H

ALESSANDRO RODRIGUES GUÉDES
 Escrivente Notarial

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
 CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,60



SELADO
 23/10/2019
 ALESSANDRO RODRIGUES GUÉDES
 AUTORIZADO
 1470
 12º TABELIÃO DE NOTAS
 Santos



[WUNI011S]

Dados Básicos - Consulta

Os campos com * são de preenchimento obrigatório

Pessoa Jurídica - Banco Múltiplo

Identificação da Pessoa Jurídica

CNPJ	90400888	ID_Bacen	Z9979320
Denominação	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		

Dados de Endereço Principal

Endereço	AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 2041
Complemento	E 2235 - BLOCO A
CEP	04543011
País	BRAZIL
UF	SP
Município	SANTANDER
Bairro	Centro
Caixa Postal	

Dados Emails

Tipo de Email	Email
Institucional	CORREGULADORES@SANTANDER.C
Cosif	CORREGULADORES@SANTANDER.C
Ouvidoria	CORREGULADORES@SANTANDER.C
Remessa de Informações ao BC	CORREGULADORES@SANTANDER.C
SCR	CORREGULADORES@SANTANDER.C
Unicad	CORREGULADORES@SANTANDER.C
Selecionar	

Site na Web: WWW.SANTANDER.COM.BR

Dados Telefônicos

	Tipo Telefone contato	DDI	DDD	Número	Ramal
	Comercial	55	011	35535533	
	Ouvidoria	55	0800	7260322	
	Contato (recado)	55	011	35535533	
	Contato Cliente	55	011	35535533	
	FAX_Comercial	55	011	35535533	
	Selecionar				

Situação das Atividades

Data inicio das Atividades	09/08/1985	Data-limite para inicio das Atividades	
Situação	Autorizada em Atividade		
Data da Situação	09/08/1985		

Classificação da Pessoa Jurídica

Sector	Privado	
Natureza Jurídica	Sociedade Anônima de Capital Aberto	
Oper. Depósitos à Vista	Sim	
Ramo de Atividade	Bancos múltiplos com carteira comercial	
Segmento	Banco Múltiplo	

Segmento Prudencial

S1

Dados de Constituição

Tipo do Ato	Decreto Presidencial
Data do Ato	24/05/1985
Forma de Constituição	Fusão
Data Constituição	24/05/1985

Outros Códigos de Identificação no Banco Central

Reserva Bancária Própria	Sim	Número da Conta Reserva Bancária *	3008
Código de Compensação	033		
NIRE	35300332067		
Cod.Sisbacen	03008		
Cod.Cademp			

Dados Complementares

País de Nacionalidade	BRASIL
Nome Fantasia	
Nome Reduzido	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Sigla do Nome	SANTANDER

Valor do Capital Atualizado

Valor Capital Social	57.000.000.000,00
----------------------	-------------------

Límite de Participação Estrangeira Autorizada

Participação Total	100,00
--------------------	--------

Origem da Inclusão no Cadastro

Origem	Carga CADINF/CAPEF
--------	--------------------

[Voltar](#) [Alterar](#) [Histórico](#) [Consultar/Incluir Outros Endereços](#) [Imprimir](#)



FB-1763/2018

São Paulo, 17 de dezembro de 2018.

DECLARAÇÃO



Declaramos para os devidos fins, que o BANCO SANTANDER BRASIL S.A., C.N.P.J. Nº 90.400.888/0001-42, por si ou por seus antecessores, é filiado a esta Federação Brasileira de Bancos desde 20.04.1967.

Esta declaração tem validade até 31.12.2019.

Atenciosamente,

Luiz Sérgio Barbosa
Diretor Administrativo Financeiro

Celso Oxando
Gerente Contábil e Financeiro



"Um sistema financeiro saudável, ético e eficiente
é condição essencial para o desenvolvimento
econômico, social e sustentável do País"



8.1.5. Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo V);

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. S. G."

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. S. G."

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. S. G."



DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
Ref.: CONCORRÊNCIA nº 009/2019

Instituição Financeira: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. CNPJ: 90.400.888/0001-42

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 2041 e 2235, bloco A – Vila Olímpia
– CEP:04543-011 – São Paulo/SP

- 1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que NÃO EMPREGAMOS MENORES de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.
- 2- Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que os responsáveis legais da licitante é a Sra. Thalita Pimentel Martins Fogiato, brasileira, casada, bancária, portadora da Carteira de Identidade nº 96366949 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 063.237.379-22.

Declaramos ainda outros dados da licitante:

NOME DA FANTASIA: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

RAMO DE ATIVIDADE Nº: Instituição Financeira – CNPJ Nº: 90.400.888/0001-42

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: ISENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 3.535726-6

- 4- Declaramos de que a licitante não contratará empregados com INCOMPATIBILIDADE com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

- 5- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: tfogiato@santander.com.br

Telefone: (41) 38833186

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

4- Aclare p/ os devidos fins que nenhuma sócio desto licitante exerce cargo ou função pública expedidivo de silacionamento comercial c/ administradores públicos.



- 6- Declaramos que a licitante contribui para a promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.
- 7- Indico como PREPOSTO, caso ocorra a contratação da licitante, a Sra. Thalita Pimentel Martins Fogiato, brasileira, casada, bancária, portadora da Carteira de Identidade nº 96366949 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 063.237.379-22, sendo seu telefone: (41) 38833186 e seu e-mail: tfogiato@santander.com.br.
- 8- Declaro, que caso não possua agencia financeira ou POSTO DE ATENDIMENTO no município de Dois Vizinhos, no prazo máximo de 200 (duzentos) dias farei a instalação da mesma, bem como disponibilizarei no mínimo 4 (quatro) Caixas Eletrônicos no município de Dois Vizinhos, podendo esse prazo ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa e autorização da administração.

Dois Vizinhos/PR, 04 de novembro de 2019

7º TABELIONATO

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
CNPJ: 90.400.888/0001-42
Thalita Pimentel Martins Fogiato
Gerente Comercial de Governos & Instituições
RG nº 96366949 SSP/ SP
CPF/MF nº 063.237.379-22

90.400.888/0001-42

BANCO SANTANDER (BRASIL) SA

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235
Bloco A - Vila Olímpia
CEP: 04543-011

SÃO PAULO - SP

7º TABELIONATO DE NOTAS - Dr. Angelo Voipi Neto
R. Mal Deodoro, 230 - Centro - CURITIBA - PARANA - Fone: 3094-7700
Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA à(s) firma(s) infra-assinada(s) de:

[JNzvYQLO]-THALITA PIMENTEL MARTINS FOGIATO

Nº: WY65D pnFCu . 6 NRH - CFWB - NCTRC
SELO DIGITAL: WWW.FUNARPEM.COM.BR
Em testemunha _____ da verdade
Curitiba, 01 de Novembro de 2019

BRUNA WAGNER BELO - ESCREVENTE
SINAL PÚBLICO EM WWW.CENSEC.ORG.BR





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Razão Social: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 14/02/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta

Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/02/2020
FGTS	Validade:	01/11/2019
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	31/03/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	05/01/2020
Receita Municipal	Validade:	17/03/2020

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020



Emitido em: 04/11/2019

CPF: 071.374.68

Ass:

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Marcelo Camargo dos Santos - Daniel Ignacio

Rafael Keck Prudente - Ramon Marques da Silveira

SELUS RECOLHIDOS POR VERBA RECEBIDO R\$ 3,60

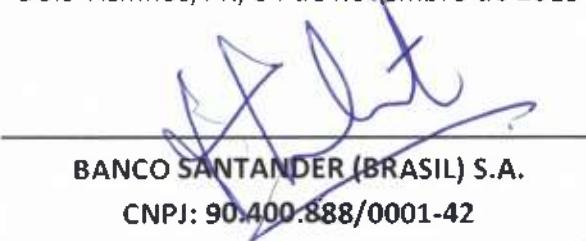




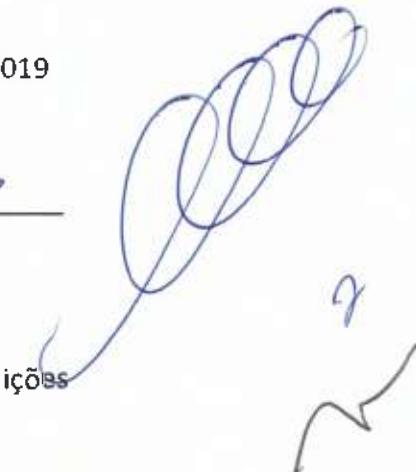
DECLARAÇÃO

A instituição financeira **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, inscrita no CNPJ nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2041 e 2235 – Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04543-011, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabelece no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos.

Dois Vizinhos/PR, 04 de novembro de 2019


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ: 90.400.888/0001-42


Thalita Pimentel Martins Fogiato

Gerente Comercial de Governos & Instituições

RG nº 96366949 SSP/ SP

CPF/MF nº 063.237.379-22

90.400.888/0001-42

BANCO SANTANDER (BRASIL) SA

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235
Bloco A - Vila Olímpia
CEP: 04543-011

SÃO PAULO - SP



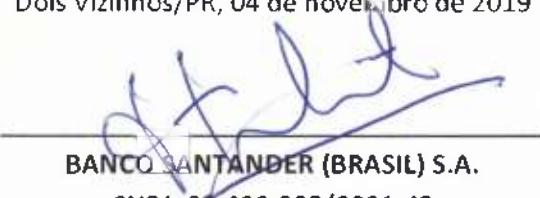




DECLARAÇÃO

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235 – Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04543-011, neste ato representada por seu procurador infra-assinado, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública em relação a qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal (Art. 97, da Lei nº 8.666/93), bem como não se encontra impedida/suspensa de licitar e contratar com a Administração Pública em todas suas esferas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Dois Vizinhos/PR, 04 de novembro de 2019


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Thalita Pimentel Martins Fogiato
Gerente Comercial de Governos & Instituições
RG nº 96366949 SSP/ SP
CPF/MF nº 063.237.379-22

90.400.888/0001-42

BANCO SANTANDER (BRASIL) SA

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235
Bloco A - Vila Olímpia
CEP: 04543-011

SÃO PAULO - SP





DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

A large, handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. G. S. M."

A small, handwritten mark or signature consisting of two curved lines forming a 'W' shape, with the number "2" written below it.

A handwritten mark consisting of a large, stylized letter "U" or "Y" shape.

A handwritten mark consisting of a stylized letter "G" or "D" shape.

A handwritten mark consisting of a stylized letter "K" or "X" shape.

